



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0704/08	DATA: 21/05/2008
INÍCIO: 10h06min	TÉRMINO: 12h43min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 65	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de itens constantes da pauta da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Há oradores não identificados.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Solicito ao Deputado Eduardo Barbosa que faça a leitura das atas da vigésima e vigésima primeira reuniões.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura, já que foram distribuídas cópias das mesmas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É regimental.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Há quem queira discutir?

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Pois não, Deputada. Ainda vai haver votação. Está em discussão.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu me antecipei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Há alguém que queira discutir as Atas? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação as atas.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Verificação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É regimental.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - É regimental, mas acho que tem que ficar bem registrado pela *TV Câmara*, pelas televisões que estão aqui e pela Taquigrafia que o PT está obstruindo a reunião porque não quer votar a emenda que garante recursos para financiar a saúde.

É preciso ficar registrado para a nossa Casa e para o Brasil que o PT está pedindo verificação na votação da ata para derrubar a reunião, porque não quer votar recursos para melhorar a saúde pública no Brasil, embora o Ministro da Saúde, do Governo do PT, diga que em outubro ele não terá mais dinheiro para a saúde. Vão faltar 6 bilhões. Não há solidariedade nem dentro do Governo.

Então, é preciso ficar registrado para o Brasil todo.



Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Muito bem, vamos à votação nominal.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, por gentileza, eu também quero falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Regime de votação! Já houve discussão. Regime de votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É questão de ordem?

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É muito lamentável a conduta da Liderança do PT hoje na Comissão de Seguridade. Nós discutimos por 6 anos o projeto do Deputado Roberto Gouveia. Os Conselhos Municipais de Saúde, os Conselhos Estaduais de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários de Estado de Saúde, o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, mais de 100 entidades nacionais, todas, discutiram o projeto do Deputado Gouveia, e agora nós retomamos a discussão.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Não é questão de ordem. A Presidência da Comissão...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - À Deputada Cida, que tanto respeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu respondo, Deputada. Calma!

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - ...eu pediria um pouquinho de consideração. Nós estamos juntos na luta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Perondi...

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Também quero registrar que eu não tinha visto, nos 14 anos que estou na Comissão de Seguridade, um partido que também tem marca na saúde, que é o Partido dos Trabalhadores, negar a discussão de um projeto que foi aprovado no Senado por toda a bancada do PT.



A minha bancada no Senado votou favorável, toda a bancada do PT votou favorável, e agora a Liderança do PT aqui na Câmara... Isso é retrocesso, conservadorismo, olhar para trás, olhar pelo retrovisor!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - É realmente triste não ouvir e não sentir a crise verdadeira da saúde.

Registro este protesto pela conduta do PT neste momento, nesta sala.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Regime de votação, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não há questão de ordem para ser registrada.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - V.Exa., antes de proceder à verificação, regimentalmente, deve aferir a posição dos membros que estão presentes. V.Exa. não o fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu vou encaminhar...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Então, por uma questão de ordem, apesar da...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Já houve discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Nós não vamos permitir discussões paralelas.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Regime de votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu vou fazer o seguinte...

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Apesar do açodamento do PT em obstruir recursos para a saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Como é votação, vou dar aos Líderes de partido possibilidade do encaminhamento da votação.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Já foi encerrada a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não, não foi encerrada a votação.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Foi pedida verificação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não foi encerrada. Está em votação. Ainda não se definiu... Os Líderes de partido podem fazer o encaminhamento. Vou conceder 3 minutos a cada um.

Para encaminhar, Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Sobre as atas.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, nós vamos encaminhar exatamente sobre esse assunto — pode ficar tranqüilo.

Nós estamos discutindo um fato inédito nesta Casa. É inédito, Sr. Presidente! O que nós assistimos aqui hoje é a algo deprimente. Nós vimos a Deputada Cida Diogo, do PT, impedir a entrada de Parlamentares, para não dar *quorum*. O Deputado Simão Sessim também foi impedido de assinar o livro. Está faltoso hoje, apesar de estar no plenário, aqui nos corredores. É algo a que nós jamais assistimos. É um total desrespeito com a saúde deste País, Sr. Presidente!

Já aprovamos a urgência para que essa matéria seja votada na próxima quarta-feira no plenário da Câmara dos Deputados. E com a posição sempre cautelosa, Sr. Presidente, V.Exa. fez questão de poder indicar o Relator, o Deputado Rafael Guerra, que preparou todo o relatório para que essa matéria chegasse ao plenário totalmente discutida aqui na Comissão de Seguridade, com o voto apresentado e discutido. Mas, de repente, vem essa montagem, esse artifício de pedir verificação num dia que antecede um feriado, para derrubar a sessão.

Sr. Presidente, o relatório pode ser feito também em plenário na próxima quarta-feira. Mas o que é impressionante é que, para criar Ministérios, o voto da nobre Parlamentar do PT, a Deputada Cida, é favorável; para apoiar cartão corporativo, o seu voto também é favorável. Agora o Governo brasileiro está criando um fundo soberano, para investir dinheiro em empresas em âmbito internacional, para criar no exterior multinacionais...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - O encaminhamento é por quanto tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não é permitida... Essa prerrogativa... Deputado Caiado, 1 minutinho!



**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Para concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não, 1 minutinho.

Deputada Cida, essa prerrogativa é minha, é do Presidente da Comissão.

Tem a palavra V.Exa., Deputado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Obrigado.

Para criar um fundo soberano para financiar empresas nacionais no exterior, para isto o Governo tem dinheiro.

Milhares de pessoas estão morrendo nas filas dos hospitais. O cidadão que precisa de hemodiálise não tem como fazê-la; o cidadão que precisa de transplante não tem como fazê-lo. É o maior colapso que já se viu na rede de saúde deste País! Este Governo cada vez mais aumenta as mordomias: cargos comissionados, *TV Lula...*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Esses gastos são incontidos neste Governo. A mordomia prolifera. Repasse de dinheiro para centrais sindicais: dinheiro do Governo, do povo, de imposto. Tudo isso caracteriza um Governo perdulário. Agora, na hora de votar o repasse de um acréscimo de 6 bilhões de reais para a saúde, a que estamos assistindo, Sr. Presidente? À obstrução do PT.

Isto tem que ficar claro: o responsável pelo óbito dos cidadãos que estão hoje morrendo na filas dos hospitais é exatamente o PT, que está obstruindo hoje a votação dessa matéria na Comissão de Seguridade. E tentará obstruir também no plenário da Câmara na próxima quarta-feira. Mas tenho certeza de que vai prevalecer o bom senso: os demais partidos estarão unidos. Nós vamos, sem dúvida alguma, reverter esse processo. Sem a bancada do PT, teremos uma votação quase por unanimidade, quando essa matéria for votada no plenário da Câmara.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Para falar pela Liderança PSDB, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o PSDB se posiciona, na Comissão de Seguridade Social, indignado com o encaminhamento do Partido dos Trabalhadores, por meio da Deputada Cida Diogo, ao tentar obstruir os trabalhos.



O mais grave: esta Comissão procurou caminhar independente das questões ideológicas e elaborou efetivas propostas para consolidar essenciais políticas públicas para a população brasileira. A Emenda nº 29 foi discutida há anos por todos os Parlamentares desta Comissão, pela Frente Parlamentar da Saúde; buscamos apoio de todas as Lideranças do Congresso Nacional, Senado e Câmara, e, inclusive, semana retrasada, a Frente Parlamentar da Saúde esteve com os Líderes dos partidos, cuja grande maioria se posicionou a favor da aprovação dessa emenda. Foi votada em plenário uma urgência da Câmara para colocar na pauta esse projeto na próxima semana, e esta Comissão abre mão de aprovar um parecer que poderia ser levado ao plenário. Sendo assim, ela está perdendo a prerrogativa de influenciar conceitual e politicamente as decisões do Plenário.

Deixo, portanto, registrada nossa indignação relativa ao posicionamento adotado. Somos a favor de se debater a matéria no plenário. E o pior: a ameaça do Governo de voltar a cobrar CPMF é justamente uma forma de coibir o processo de votação da emenda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Obrigado, Deputado.

Pelo PT, concedo a palavra à Deputada Cida Diogo. *(Pausa.)*

S.Exa. abre mão.

Pelo PMDB, concedo a palavra ao Deputado Geraldo Resende.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O Deputado pode ceder a palavra a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi, por 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, a alegação do Governo é surpreendente, e este hoje a reconhece. Caros Deputados, se compararmos a arrecadação dos 4 meses do ano passado com o arrecadado nos primeiros 4 meses deste ano, verificaremos um aumento de 18%, o que significa 23 bilhões de reais. Tal arrecadação foi administrada pela Receita, sem Previdência e sem restituição, com uma diferença, Deputada Cida: ano passado, a CPMF ainda vigorava, mas este ano não. Mesmo assim, o arrecadado pelo Governo suplantou 23 bilhões de reais.



E os nossos técnicos da Comissão de Orçamento estimam que a arrecadação passará de 45 bilhões de reais. O Ministro da Saúde, por sinal corajoso, disse aqui que 80 mil pessoas poderão morrer por falta de radioterapia, 10 milhões de hipertensos podem ficar sem medicação, 50 mil mulheres terão câncer de mama este ano — e sabemos que, se houver diagnóstico precoce, por meio de mamografia, há 95% de possibilidades de cura. Mas a maioria vai morrer por falta de diagnóstico.

Parece que saúde não é prioridade do grupo do PT nem do Palácio do Planalto.

Sr. Presidente, para concluir. Quando uma mãe sai do hospital carregando ao colo seu nenezinho que nasceu com 1 quilo, depois de 90 dias internado, ela sai feliz, sorrindo, com o vovô, com o pai, mas não tem banda de música, não tem jornal, não tem rádio. No entanto, para inaugurar estrada, plataforma da PETROBRAS, prédio, tem dinheiro. É um absurdo! Fundo soberano: 15 bilhões de dólares; desoneração da área da indústria: 21 bilhões de reais em 4 anos; 7 bilhões de reais em medida provisória, para aumentar o salário dos civis e militares. E não tem nada para a saúde. É lamentável a posição do Governo Federal e do PT nesta sala. Isto eu ainda não tinha visto.

Eu estou triste, estou com vontade de chorar, meu caro Presidente. Encerro por aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Muito obrigado.

Para encaminhar pelo PDT, concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago. S.Exa. dispõe de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, peço desculpas por não ter chegado no início da reunião. Ontem eu tive uma intoxicação alimentar que me causou dores de cabeça e de estômago, sintomas que duraram até hoje pela manhã. Mesmo assim, retomei minha rotina: fui caminhar e também corri 2, 3 quilômetros. Enfim, ainda estou tentando me recuperar.

Desejo compartilhar com os Parlamentares desta Comissão a preocupação, que é a mesma por nós exposta nesta Casa, relativa ao trâmite de outras matérias voltadas para o financiamento de políticas públicas. Vejo à minha frente o Deputado





João Campos, com quem estive na Comissão de Segurança Pública, onde sempre discutíamos se deveríamos tirar impostos da sociedade para financiar infra-estrutura social e políticas públicas ou tentar encontrar uma fonte, não se sabe onde, para financiar as polícias públicas. Mas as fontes que financiam acumulação da dívida pública estão seladas e travadas, e sequer a Constituição nos assegura alterar os recursos destinados ao pagamento dos serviços da dívida.

De antemão, Sr. Presidente, externo minha discordância com o anúncio feito ontem pelo Líder do PT, meu companheiro de bancada estadual, Deputado Maurício Rands, de Pernambuco, que anunciou a intenção da base aliada de criar uma nova CPMF. Devo dizer que sou terminantemente contra. Se admitirmos, como admitiu o Ministro Mantega, que pode utilizar o excedente do superávit primário para financiar um fundo soberano a fim de permitir que as grandes empresas nacionais se internacionalizem, prefiro que usemos o excedente do superávit primário para financiar a saúde.

Se a Gerdau, se a Companhia Siderúrgica Nacional, se a Friboi, “Frivaca”, “Fripato”, “Frigalinha” quiserem internacionalizar, busquem mercado, busquem crédito bancário, mas não tirem de toda a sociedade o excedente do superávit para criar um fundo soberano.

Entendo que não podemos ficar nessa queda de braço. Em princípio, o encaminhamento é por uma preliminar. Eu consulto o Relator, Deputado Rafael Guerra, sobre se podemos, por uma semana, fazer nova rodada de entendimentos. Não proponho isso como armadilha, para amanhã entrar projeto com uma nova lei que cria a CPMF. A meu ver, temos fontes para poder financiar a regulamentação da Emenda nº 29, e uma dessas fontes pode ser o excedente do superávit primário, que querem levar para o fundo soberano.

Sr. Presidente, saúde é prioridade. Por isso devemos levar o excedente para o financiamento. Se não for possível fazê-lo hoje, explicitamente, disponhamos de mais alguns dias. Mas eu acredito que, dessa forma, asseguraremos ao cidadão brasileiro recursos fiscais já existentes, sem a necessidade de ser criar uma nova CPMF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não havendo mais...



**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, quero fazer um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - V.Exa. abriu mão, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Só quero registrar que o Partido dos Trabalhadores está de fato em obstrução, que é instrumento legítimo e democrático desta Casa. A Oposição sempre se utiliza desse instrumento exatamente pelos argumentos que o Deputado Paulo Rubem Santiago acabou de relatar.

Nós achamos que esta Comissão pode ter esta semana para que, na reunião da semana seguinte, quarta-feira, pela manhã, possamos discutir. Nenhum Deputado aqui tem conhecimento do teor do projeto, do próprio relatório. Então, poderíamos ter, de fato, condições de pensar e poder discutir à luz... e inclusive identificar a fonte mais definida e clara para a saúde.

O Partido dos Trabalhadores está em obstrução.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É encaminhamento, não há contraditório.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Ela abriu mão do encaminhamento e depois fez uma exposição de motivos, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - V.Exa. já fez o encaminhamento.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, que instrumento regimental a Deputada Cida Diogo utilizou para fazer uso da palavra agora? A orientação do PT já havia sido feita pelo Deputado anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A Deputada Cida Diogo não havia feito ainda o encaminhamento, ela abriu mão naquele momento, e eu passei para o seguinte. Não há impedimento algum.

Agora, quero fazer uma afirmação muito clara: esta Presidência não é omissa em tratar dos assuntos que a Comissão exige.

Este projeto nos chegou, está em regime de urgência e será votado. Se não o votarmos nesta Comissão, ele será votado no plenário no dia 28. Tomara que tenhamos a possibilidade de votar hoje o relatório. Se o Deputado Rafael Guerra



entender diferente, pode retirar o projeto para tentar fazer o entendimento, porque é um direito regimental. Senão, se houver *quorum*, vamos votá-lo hoje. Se não o votarmos hoje, no dia 28, quarta-feira, pela manhã, nós o colocaremos em pauta.

Eu não vou antecipar a reunião, como foi sugerido, para terça ou para segunda. Na quarta-feira, pela manhã, se não o votarmos hoje, se não houver *quorum*, eu coloco em votação o relatório do Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Rafael, V.Exa. foi instado, para ver se mudava de posição, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, eu quero dizer que todo ato que realizamos nesta Casa é político e tem repercussão. V.Exa. fez o que era correto. O projeto está em regime de urgência, vai ser votado na semana que vem pelo Plenário. Seria muito conveniente que chegasse com o aval da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Temos a obrigação de dar essa resposta à Nação brasileira. Então, V.Exa. fez o que é correto.

O ato político está sendo realizado. O PT não quer votar recursos para a saúde. Amanhã vai estar na imprensa que Deputados e assessores do PT ficaram na porta da Comissão cercando Parlamentares para que não entrassem na reunião. E agora foi pedida verificação de *quorum* relativamente à votação da ata. Para mim não há diferença. Mantenho a votação hoje.

Agora, se for realizada na semana que vem, quarta-feira, será ótimo, porque vamos ter mais de mil pessoas na Câmara dos Deputados. A reunião terá, inclusive, muito mais repercussão para a sociedade brasileira. Já organizamos a mobilização para terça e quarta-feira. Na terça-feira estarão presentes aqui lideranças de entidades de todo o Brasil. Se V.Exa. quiser realizar uma reunião extraordinária na terça à tarde, estamos à disposição.

Então, o PT poderia deixar que ocorresse hoje, seria muito melhor, para não passar vergonha na frente de mais de mil pessoas que vão estar aqui na semana que vem. Não vamos abrir mão.

No final do ano passado, alguém disse no plenário que a Frente Parlamentar da Saúde tinha morrido. Já ressuscitou. Nós não morremos, estamos na luta, vamos lutar até o fim e vamos trazer mil e tantas pessoas aqui na semana que vem. Para o



PT seria melhor que permitisse a aprovação hoje, sem o voto do partido. Agora não há mais jeito, porque já ficou claro para o Brasil todo que eles não querem votar, obstruíram o *quorum*, impediram a entrada de Deputados e agora estão fazendo obstrução na votação da ata. Estou há 10 anos na Câmara, e nunca vi pedido de verificação relacionado à ata. Mas vamos fazer a verificação, para que isso fique claro para o País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não me resta alternativa regimental a não ser a de colocar em votação o requerimento de verificação de *quorum*. Então, vou colocá-lo em votação.

Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Deputada Aline Corrêa. *(Pausa.)*

Deputada Angela Portela. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Deputado Chico D'angelo. *(Pausa.)*

Deputada Cida Diogo. Em obstrução.

Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO** - Sr. Presidente, questão de ordem. Explique a votação. Como é o voto? Eu não entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O pedido da Deputada é de verificação de *quorum* relativamente à ata que foi colocada em votação. Quem vota "sim" aprova a ata. Quem vota "não" rejeita a ata. Quem estiver em obstrução fica em obstrução.

O Deputado Darcísio Perondi já votou.

Não votou, Deputado Darcísio Perondi? Mas V.Exa. teve a oportunidade de votar.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Não, eu falei 2 vezes diante deste microfone. V.Exa., democrático, tolerante, regimentalista, tem, acima de tudo, espírito republicano. O que faltou nesta sala hoje o senhor teve. E eu falei. Agora eu vou manifestar o meu voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu vou reduzir o meu nome: de Jofran para Jó, para ter a paciência de Jó, que é a que eu tenho de exercer aqui. *(Risos.)*



Tem V.Exa. a palavra para manifestar o seu voto, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A tolerância é a marca dos grandes homens e das pessoas que fazem política verdadeira. Para mim o exercício da tolerância é a virtude maior. Isso V.Exa. tem. Tem também trabalho maravilhoso nesta Casa há mais de 30 anos. Isso porque V.Exa. é jovem, é jovem de espírito. Fico feliz de vê-lo no comando desta reunião. Fico muito feliz. Isso faz com que eu venha cedo sempre aqui, falte o mínimo possível, participe de quase todas as reuniões, graças a sua liderança, que marca a história. V.Exa. teve atuação marcante na Constituinte e está tendo-a agora.

Estou esperando o Deputado José Linhares, que vai orientar o meu voto. Mas, como S.Exa. está com dificuldade para chegar, vou orientar. O meu voto... A Deputada Cida está pedindo que eu decida. Eu vou atender a Deputada Cida. Eu exerço a tolerância. Eu vou votar "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É um *gentleman*, atendeu à Deputada. Não me atendeu, mas atendeu à Deputada, é um *gentleman*.

Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - Voto "sim", pela saúde, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Henrique Afonso.  
(*Pausa.*)

Deputado José Linhares. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Rands. (*Pausa.*)

Deputado Maurício Trindade. Sim.

Deputado Nazareno Fonteles. (*Pausa.*)

Deputada Rita Camata. (*Pausa.*)

Deputado Roberto Britto.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO** - Voto "sim", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Saraiva Felipe.  
(*Pausa.*)

Deputada Solange Almeida. (*Pausa.*)

Bloco Parlamentar PSDB/DEM/PPS.

Deputado Eduardo Barbosa.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Voto “sim”, Sr. Presidente. A ata está brilhante, foi muito bem feita. *(Risos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Germano Bonow. *(Pausa.)*

Deputado João Bittar. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Sampaio.

**O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO** - Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O Deputado Leandro Sampaio vota “sim”.

Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Voto “sim”, Sr. Presidente, louvando quem redigiu a ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vota “sim”.

Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, antes de declarar o voto, precisaria apresentar ao Brasil quem vai derrubar a reunião, porque é uma Parlamentar pouco conhecida. A televisão poderia mostrar a Deputada Cida, para que o Brasil todo pudesse conhecer quem realmente está tentando tirar as condições de milhares de pessoas que precisam de atendimento na área da saúde, que estão morrendo nas filas dos hospitais e vendo o Governo, que ela defende, destinar verba para o Fundo Soberano, para as grandes multinacionais, que financiam o PT, como também para as mordomias. Acabaram de criar mais um Ministério, mais cargos comissionados, mais “Aerolula” e “TV Lula”, e o povo morrendo na fila.

A Deputada Cida veio para cá exercer esse papel. E u acredito que ela, como mulher que é, que tem uma sensibilidade maior, deve estar sofrendo muito hoje. Eu imagino a pressão que o PT exerce sobre essas pessoas.



Eu tenho até dó, Sr. Presidente, porque é algo terrível. Eu não sei como é que uma pessoa se propõe a fazer esse triste papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Como vota V.Exa., Deputado?

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Eu tenho até pena, porque sei que foi uma imposição feita pela Liderança.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Eu não estou faltando com o respeito, eu estou apenas dizendo que tenho pena de ver que está querendo ensinar saúde para quem tem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não é permitido o debate, Deputado Caiado.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Para quem tem 32 anos de exercício da medicina, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Ronaldo Caiado, como vota V.Exa.?

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Eu tenho 32 anos no exercício da medicina e faço exatamente saúde no Brasil.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - De boi, de boi. Fazendeiro.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Eu não falo da boca para fora, eu opero os pacientes, eu atendo os pacientes.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Fazendeiro. Entende de boi.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - V.Exa., pelo que eu sei, está muito distante da fila e da frente dos hospitais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado, eu não posso permitir o debate.

*(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)*

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, há um desrespeito...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu não posso permitir o debate.



**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Isso mostra o desespero. Querem, de qualquer maneira, impor a vontade de um grupo contra a saúde.

O voto é “sim” ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O Deputado Ronaldo Caiado vota “sim”.

Deputado Antonio Bulhões. *(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PNM/PAN.

Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Nazif. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, embora eu preferisse a ata escrita sob a forma de cordel, vou votar a favor da ata e louvar que possamos trazer a sociedade para discutir isso aqui, se possível na próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O Deputado Paulo Rubem Santiago vota “sim”.

Deputado Ribamar Alves. *(Pausa.)*

PV.

Deputado Dr. Talmir. *(Pausa.)*

PSOL.

Deputada Tonha Magalhães. *(Pausa.)*

Suplentes.

Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Deputado Antonio Cruz.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CRUZ** - Presidente Deputado Jofran Frejat, meu colega, como médico que sou, atuante, já há 35 anos na profissão, não poderia eu ter outro voto senão o voto “sim” para esta ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vota “sim” o Deputado Antonio Cruz.

Deputado Clodovil Hernandez. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*





Deputado Geraldo Pudim. *(Pausa.)*

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Guilherme Menezes. *(Pausa.)*

Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Deputada Janete Rocha Pietá. *(Pausa.)*

Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Bassuma. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Castro. *(Pausa.)*

Deputado Mário Negromonte. *(Pausa.)*

Deputado Neilton Mulim. Vota "sim".

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Deputado Tadeu Filipelli. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Vieira. *(Pausa.)*

Encerrada a lista de Parlamentares do Bloco Parlamentar PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Bloco Parlamentar PSDB/DEM/PPS.

Deputada Andreia Zito. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Pinotti. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Thadeu. *(Pausa.)*

Deputado Índio da Costa.

**O SR. DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA** - Sr. Presidente, vou dar o meu voto. Antes, porém, queria dizer que o voto "não" do PT, a dificuldade que eles estão tendo de votar esse projeto e a manobra que está sendo feita para que essa proposição não vá adiante indicam algo muito simples de entender: eles não conseguem engolir o fim da CPMF.

Querem criar um imposto. Querem que os Estados e municípios tenham obrigação de aplicar na saúde percentual de sua arrecadação. Mas eles não querem fazer isso no âmbito do Governo Federal. Lá no Rio de Janeiro e em São Paulo, nos Estados e municípios em que o PT não é governo está defendendo maior percentual da carga tributária para a saúde, mas, aqui, eles querem fazer com o dinheiro do povo o que bem entendem.



Eu voto “sim”, a favor das pessoas que precisam de atendimento na área de saúde pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vota “sim” o Deputado Indio da Costa.

Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - Sr. Presidente, voto a favor da saúde. Pelas pessoas que estão enfrentando filas nos hospitais, que estão em estado grave, que estão morrendo nas macas dentro dos hospitais, o meu voto é “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vota “sim” o Deputado João Campos.

Deputado Jorge Tadeu Mudalen. (*Pausa.*)

Deputado Leonardo Vilela.

**O SR DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Sr. Presidente, nós que temos responsabilidade com a saúde do povo brasileiro, que queremos mais recursos para a saúde, votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vota “sim” o Deputado Leonardo Vilela.

Deputada Nice Lobão. (*Pausa.*)

Deputado Saturnino Masson. (*Pausa.*)

Deputado Sebastião Madeira. (*Pausa.*)

Bloco Parlamentar PSB/PDT/PCdoB/PNM/PAN.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Quanto votos já foram dados, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deixe-me terminar a votação, Deputada. Calma! Este é o Parlamento — *parlare*.

Deputada Jô Moraes. (*Pausa.*)

Deputado Manato. (*Pausa.*)

Deputado Valtenir Pereira. (*Pausa.*)

Deputado Miguel Martini. (*Pausa.*)

PV.

Deputado Dr. Nechar. (*Pausa.*)

PSOL.



Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

Algum Deputado deixou de votar? *(Pausa.)*

Vamos computar os votos.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, a Deputada Rita Camata está acabando de fazer um pronunciamento em plenário. Está vindo para cá. Não sei se completará o *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Sim, mas eu tenho de obedecer ao Regimento. O meu limite é o Regimento.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Estou só dizendo que ela está chegando.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Qual é o artigo do Regimento que trata do tempo, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu vou fazer uma consulta.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Consulte antes do resultado. Enquanto isso vamos debatendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu ainda não proclamei o resultado. Perguntei se algum Deputado deixou de votar. Como ninguém se manifestou...

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, o Deputado Dr. Pinotti está a caminho desta Comissão. Está acabando de dar uma entrevista para a *TV Câmara*.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Quantos votos, Sr. Presidente? A apuração, Sr. Presidente. Por favor, Sr. Presidente. Já protelamos bastante, a votação foi bem extensa. Sr. Presidente, por favor.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - O Deputado Dr. Pinotti está terminando um debate na *TV Câmara*. Está a caminho desta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não encerrei ainda a votação nem decidi a apuração. Não me obriguem a tomar uma posição que eu não quero tomar. Como Presidente, eu, em geral, tenho evitado votar, a não ser eventualmente. Eu poderia votar e decidir esta questão. Não quero fazê-lo. Quero que a Comissão o faça, até porque nós temos caminhos a seguir, e este projeto não



vai parar nesta discussão. Eu não quero tomar esta posição. Eu esperei o suficiente.  
(Pausa.)

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, anuncie a votação, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Calma! Deputada, eu tenho o maior prazer em atender, tenho toda a tolerância possível, eu procuro conduzir da melhor maneira possível, mas não posso atropelar os fatos nem o Regimento.

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, V.Exa. incluiu o seu voto também?

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Quantos votos foram computados?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não, eu não incluí o meu voto.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - V.Exa. pode votar "abstenção".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Eu poderia votar "abstenção", mas acabou de chegar a Deputada Rita Camata...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu retiro a verificação de *quorum*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A Deputada Cida Diogo retirou a verificação.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Retirou a verificação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Retirou a verificação.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Retirei, está retirada.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, é outro artifício. Nós vamos votar o requerimento de inversão de pauta, e ela vai pedir nova verificação. Se eu soubesse que ela ia fazer isso, teria pedido verificação conjunta. Infelizmente o PT está jogando baixo nesta Comissão.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Já está retirada, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - O PT está jogando baixo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não vou deixar isso entrar em discussão.

Foi retirada a verificação.

A ata está aprovada.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Verificação, Sr. Presidente.



**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Não, agora já foi. Não pediu na hora. Não pediu junto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A ata está aprovada.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Aviso aos Deputados que vamos ter outra verificação dentro de 5 minutos. Fiquem no plenário.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Rafael Guerra, V.Exa. é um homem experiente. Deputado Rafael Guerra, uma nova verificação só pode ser feita daqui a 1 hora.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Mas essa não foi validada, Sr. Presidente, essa não foi consolidada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu retirei o pedido de verificação. Está retirado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Ela não votou. É verdade. Já há *quorum* suficiente. Já há número suficiente. Não há preocupação quanto a isso. Vamos levar a reunião em bons termos, tranqüilamente, com tolerância, com paciência. Já há número de Deputados suficiente — 17. Não há razão para isso.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sim, Sr. Presidente, eu apenas disse que ela retirou a verificação para pedir outra agora. Pedi para os Deputados não saírem do plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tudo bem, ela pode pedir.

Nós temos a segunda ata.

Solicito ao Deputado Roberto Britto que faça a leitura da ata da 21ª reunião.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO** - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação. (*Pausa.*)

Aprovada.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputada, V.Exa. poderia falar ao microfone, porque não estou escutando V.Exa.

Expediente.



Comunico aos Srs. Parlamentares que as sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

Isso é importante. Peço a atenção do Plenário. Estou lendo o expediente. Há um assunto importante.

Comunico aos Srs. Parlamentares que as sugestões de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO serão apreciadas por esta Comissão na próxima reunião. Os Parlamentares que tenham sugestões a apresentar deverão fazê-lo com a maior brevidade possível, para que possamos pautá-las a tempo.

Está entendido isso?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sobre essa matéria, Sr. Presidente, eu gostaria de dar uma informação a V.Exa. e aos membros da Comissão. Ontem à tarde...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Um minuto só.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, só um esclarecimento para mim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós precisamos de um mínimo de ordem aqui. Não é possível que uma Comissão com Deputados e Deputadas da maior expressão neste País não permita que a reunião se desenrole. Estou apresentando uma discussão séria, relacionada às emendas à LDO. Depois não me venham com preocupação, com tentativa de encontrar solução para aquilo que não tem solução regimental. É importante.

Eu peço àqueles que estão no plenário o mínimo de silêncio e respeito ao trabalho dos Deputados. É preciso que haja silêncio, senão não podemos trabalhar. Nós temos matérias importantes a votar. Não vamos ficar aqui reféns de interesses subalternos, nem de quem quer impedir, nem de quem quer aprovar. Nós temos que seguir o Regimento. Também não podemos permitir que esse burburinho impeça o funcionamento da Comissão.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - O Deputado Paulo Rubem Santiago estava falando antes.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, ontem à tarde, a Relatora da LDO, Senadora Serys Slhessarenko, participou de uma reunião na qual eu estava presente junto com outros Deputados e representantes de várias instituições da sociedade civil. Nós acertamos para terça-feira uma nova reunião. Deverá estar presente a essa reunião o Presidente do IPEA, o economista Marcio Pochmann, para debater com os Deputados, as Deputadas e os representantes dessas instituições que estavam lá presentes.

Desde já convidamos os Parlamentares que integram as diferentes frentes e bancadas desta Casa — bancada feminina, Frente Parlamentar da Saúde, Frente Parlamentar do Ensino Superior — para fazer um debate acerca das emendas que vão surgir das frentes e das bancadas específicas. Por quê? Porque, de acordo com o Regimento, como bem lembrou V.Exa., só há espaço para emendas de bancada, emendas de Comissões e emendas de Parlamentares. A Relatora está disposta a considerar também as propostas de emendas que possam surgir das frentes parlamentares e sejam incorporadas por bancadas ou por Deputados.

Então, estão convidados as integrantes da bancada feminina, os Parlamentares das frentes para, na próxima terça-feira, à tarde — o local ainda será definido —, discutir um conjunto de emendas que tenham como origem as demandas específicas das organizações da sociedade civil. Haverá a participação das entidades cujos representantes estavam aqui, Conselho Federal de Economia, CFEMEA, CONTAG.

Sr. Presidente, parablenzo V.Exa. pela ênfase nessa matéria, que é uma das matérias estruturantes para o Orçamento de 2009.

Quero, de público, elogiar também a Relatora da LDO pela sua atitude. Diferentemente do que ocorreu em outros anos, S.Exa., agora, antecipadamente, já sinalizou 17 áreas, das quais 13 poderão ter emendas acatadas no que se refere a políticas públicas e infra-estrutura social, inclusive no setor da saúde. A Senadora foi muito sensível. Registro isso aqui.



É muito importante a ênfase que V.Exa. dá à discussão da LDO, Sr. Presidente, porque, sem uma LDO avançada, o Orçamento só vai carimbar a rubrica contábil.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Então, fica até quarta-feira.

O Deputado Rafael Guerra havia pedido a palavra pela ordem. S.Exa. desiste?

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Havia uma informação truncada. Mas retiro o pedido. Eu queria que fosse votada esta ata, para darmos andamento à reunião.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, já foi iniciada a Ordem do Dia. No meu entendimento, com o começo da Ordem do Dia, a Comissão não pode continuar os seus trabalhos, não pode votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - É regimental, mas...

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Espere um momento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Com licença. Essa definição é da Presidência.

A Ordem do Dia começou, mas ainda não foi iniciada nenhuma votação. É praxe desta Comissão que caminhemos até o momento em que se defina o início da votação. Já estamos informados de que começou a Ordem do Dia. É regimental, eu sei, mas essa é a praxe, a não ser que a Comissão entenda que é diferente.

Informo o recebimento de cópia do acórdão, relatório e voto que fundamentaram auditoria do TCU, realizada pela Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo — SEPROG, com vistas a avaliar a adequação da estrutura e dos meios da FUNASA, em confronto com os seus objetivos institucionais.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra.





**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, V.Exa. disse que foi dado início à Ordem do Dia. Podemos ficar aqui discutindo, mas não podemos deliberar, porque está havendo Ordem do Dia no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Então, podemos discutir a matéria, e a reunião continua.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Requerimento sobre a mesa com o seguinte teor:

*“Sr. Presidente, nos termos do art. 117, caput, combinado com o art. 50, inciso III, § 1º, do Regimento Interno...”*

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, eu tenho informação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Estou falando, Deputada. Eu estou falando, Deputada. Não lhe concedi a palavra.

Prossigo a leitura:

*“...requeremos a inversão da pauta, para apreciação do PLP nº 306/08 (item 6).”*

Tem V.Exa. agora a palavra, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, reforço a questão de ordem que levantei. Eu fui informada de que está havendo discussão e votação. Esta Comissão não pode continuar os trabalhos e fazer essa discussão.

Dentro da linha que eu tinha defendido, eu acho que, hoje, seria muito mais proveitoso para esta Comissão, em relação ao que queremos efetivamente, que é avançar na discussão relacionada à Emenda Constitucional nº 29, encerrarmos esta reunião e irmos para o plenário participar da votação que está acontecendo agora. O Regimento estabelece isso.

Na pauta da reunião de quarta-feira desta Comissão, a ser realizada às 9h30min, seria então incluída a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. No início não seria apreciado requerimento, nenhum outro projeto. O Deputado Rafael Guerra, que é o Relator, já apresentaria o seu relatório e entraríamos no debate. É isso que temos que fazer, de forma tranqüila e séria.



Agora estamos ferindo o Regimento. É muito mais proveitoso, é muito mais salutar para esta Comissão tomarmos essa deliberação. Eu faço essa proposta. Começou a Ordem do Dia, não temos mais como deliberar. Vamos fazer isso. Estabelecemos um acordo. Na semana que vem, o Presidente coloca como único item da pauta a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Faremos a discussão da forma como tem que ser feita. Toda a reunião da Comissão será destinada a aprofundar o relatório, discuti-lo, e aí tomamos a decisão, votamos. Assim será conhecida a posição da Comissão de Seguridade em relação a esse tema, que é importante, fundamental para a saúde do nosso País.

É a proposta que faço, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço à Deputada as palavras.

Não vamos deliberar, por causa da Ordem do Dia, mas nada impede que continuemos a discussão do assunto.

Há um requerimento de inversão de pauta, relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 306. Naturalmente, seria para se retirarem os requerimentos do início da reunião.

Em discussão o requerimento.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Nós não podemos votar isso. Nós não podemos votar nada.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Nós podemos discutir. Eu me inscrevo para a discussão.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Só discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputada, acho que estou falando alemão ou grego. Não é possível.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Explique para mim, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não é possível que eu esteja falando aqui em discussão e se esteja falando em votação! Eu coloquei alguma coisa em votação aqui? Deputada, tenha paciência! Eu tenho todo o respeito por V.Exa., mas eu não posso impedir que os Deputados discutam esse assunto. Se houver votação nominal, vai-se à votação nominal. Eu tenho tido toda a paciência do mundo, mas eu não vou atropelar o Regimento.



Em discussão o requerimento.

Com a palavra o Deputado Leonardo Vilela.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Muito obrigado, Sr. Presidente, e parabéns por seguir rigidamente, rigorosamente nosso Regimento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, estamos absolutamente estupefatos, porque, nesta Comissão de Seguridade Social e Família, que engloba o tema saúde, deveríamos estar dando as maiores contribuições para aumentar os recursos para a saúde. Contudo, nesta Comissão, por manobra regimental do Partido dos Trabalhadores, que diz estar ao lado da saúde dos trabalhadores e do povo brasileiro, enfrentamos uma situação surrealista. A Comissão de Seguridade Social e Família não vai poder deliberar sobre o relatório do Deputado Rafael Guerra, que prevê mais recursos para a saúde, regulamentando a Emenda Constitucional nº 29.

É um paradoxo, Sr. Presidente. Esta Comissão, que cuida especificamente das matérias saúde, seguridade, está impedida, Deputado Rafael Guerra, de discutir e votar o relatório de V.Exa., por manobra do Partido dos Trabalhadores, que obstruiu a reunião até o início da Ordem do Dia, e não podemos, doravante, deliberar nesta Comissão.

Portanto, quero, ao apoiar este requerimento, que sequer poderemos votar, assinalar o meu protesto e, com a anuência do Deputado Eduardo Barbosa e do Deputado Rafael Guerra, registrar o protesto e a indignação da bancada do PSDB, tendo em vista esse amordaçamento da Comissão de Seguridade pelo Partido dos Trabalhadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, o tempo da saúde é completamente diferente do tempo da economia, do tempo da construção de uma estrada, do tempo da lavoura. A saúde é já. Não dá para perder tempo. Em 2003, o querido Deputado Gouveia, professor universitário, médico, do PT, que briga pela saúde independente de qualquer interesse, apresentou, no caso, o primeiro projeto legislativo, na Legislatura passada, o qual se desdobrou no projeto do Senador Tião



Viana, que, no Senado, Líder, é uma autoridade em saúde do Partido dos Trabalhadores. E nós ajudamos, todos os partidos ajudaram, todas as entidades. Todo o movimento, todo o controle social participou dessa discussão.

É preciso votar já o projeto. Esse projeto é do Deputado Guerra, é do Deputado Frejat, é do Deputado Dr. Pinotti, é do Deputado Perondi, é da Deputada Cida? Não! É do Brasil saúde. É fruto da discussão dos profissionais, dos usuários. Como foi discutido! E agora recebe essa rasteira? Mas isso faz parte do processo democrático. Respeito a atitude da Deputada Cida, faz parte do processo, mas, politicamente, é uma bofetada no controle social.

E o Projeto de Lei Complementar nº 306, do Senador Tião Viana? Dele se ocupou também o Senador Augusto Botelho, médico, igualmente do PT. Agora o projeto é relatado pelo Deputado Guerra. É ótimo, estabelece 8,5% para o Governo Federal. Hoje, o Governo gasta 6,8%. No ano de 2000, Deputado Frejat, o gasto federal em relação às receitas correntes brutas era de 9,7% — 9,7%! Hoje é de 6,8%, um terço menos.

Aumentou a população, a longevidade, as mazelas sociais, a tecnologia e a dengue. Há epidemia de dengue no Rio de Janeiro, uma das cidades mais belas do mundo! Há malária no Vale do Javari, na Amazônia. Nós continuamos campeões de lepra, estamos entre os 4 primeiros países do mundo nesse quesito. É mais indicado se usar o termo hanseníase, conforme me lembra o Deputado Geraldo Resende, que foi brilhante Secretário da Saúde.

Então, o projeto do Senador Tião Viana, com o relatório do Deputado Guerra, estabelece 8,5% — 8,5%!

Estou angustiado e surpreso. Vou repetir, para todas as assessorias anotarem: 21 bilhões de reais de desoneração industrial. Quatro anos. São 12 bilhões nesses primeiros 12 meses.

O Fundo Soberano é um absurdo! É um estupro econômico. Em relação à saúde, é mais do que isso. É uma tragédia a área econômica informar que vai criar um fundo soberano, que é uma poupança em dólar, sim, em dólar! Mas como o Governo vai fazer essa poupança? Vai usar o dinheiro do Tesouro, meus caros colegas e assessores que estão aqui, para fazer esse fundo de 15 bilhões de dólares. Ou o Governo vai emitir títulos — aí o Governo faz dinheiro —, vai comprar



os dólares que virão agora a varrer para o País, em função do grau de investimento. Vai comprar dólares com letras do Tesouro e aumentar a dívida. E aí vai ter mais dinheiro do superávit primário para pagar dívida. Se o superávit primário fosse reduzido um pouco, saltariam uns 10 bilhões de reais, dos 12 bilhões de reais, que é o correspondente a este ano, levando-se em conta os 8,5%.

Se fosse o Governo Geisel, com Delfim Netto Ministro... Se o Ministro fosse Pedro Malan... Eu era Vice-Líder do outro Governo, eu o enfrentei; o Deputado e Padre José Linhares o enfrentou, bem como o Deputado Ursicino — o saudoso Ursicino Queiroz, que nos está iluminando, deve estar rezando, e apavorado, lá no céu. Enfrentou Pedro Malan. O Deputado Mosconi o enfrentou. Todos da base aliada daquela época enfrentamos Pedro Malan e o então Presidente da República. E conseguimos a emenda, naquele período.

A política monetária o Partido dos Trabalhadores criticava acidamente, acidamente! Agora eles estão abrindo mão de receita, excesso de receita. É excesso de receita!

E, por último, o Governo está mandando um PL — não optou por medida provisória porque o Supremo proibiu —, com urgência constitucional, com 7 bilhões e meio a mais, não está no Orçamento, para atender as negociações nas áreas militar e civil. Não mandou nada dos 6 bilhões. O nosso corajoso e destemido Ministro quer 6 bilhões para fechar o ano. Não estou falando do PAC da Saúde.

Isso é uma bofetada no controle social, nas 50 entidades nacionais que estão participando da frente para votar a regulamentação. Acima de tudo, é uma bofetada nas pessoas que precisam de atendimento.

Ainda há tempo para que o PT e o Governo revejam essa posição.

Dentro do meu PMDB, estamos lutando para o que o partido não entre nessa também.

Mas Lula, que é generoso, veio pobre e doente de Pernambuco e se tornou saudável e poderoso Presidente da República, tem sensibilidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa., Deputado Perondi, as palavras.

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Rubem Santiago, para discutir.



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, embora o PT esteja há 6 meses no Tribunal Superior Eleitoral tentando cassar o mandato que exerço nesta Casa, eu não vou crucificá-lo pela obstrução que faz nesta reunião. Fundei o partido. Durante quase 30 anos fui membro da sua direção. Há 18 anos, tive a honra de ser candidato a Governador do Estado de Pernambuco por esse partido. Mas não vou criticar o partido por essa atitude de obstrução. A crítica que deve ser feita neste momento ao PT é quanto à submissão à lógica do mercado. Essa é a questão fundamental.

Essa lógica tomou corpo substancialmente a partir de 1999. De 1999 a 2002, essa foi a lógica defendida pelo Governo e pelos aliados do então Presidente Fernando Henrique Cardoso que hoje permanecem no PSDB, bem como pelos bisnetos da ARENA, pelos netos do PDS e hoje filhos do PFL, o atual Democratas. Falo isso de forma democrática, sem nenhuma agressão pessoal.

De 2003 a 2007, essa lógica permaneceu, com algumas adaptações conjunturais, ora por questões internas (o combate à inflação, o regime de metas de inflação), ora por aspectos externos (crises cambiais, oscilações na taxa de juros definida pelo Banco Central norte-americano). Aquilo a que estamos assistindo agora é, mais uma vez, a política de 2 pesos e 2 medidas.

Na reunião anterior, alertei para o absurdo que significa a estimativa de renúncia fiscal no caso da LDO de 2009.

O conjunto de programas que incidem em benefícios e renúncias no setor empresarial soma hoje 97 bilhões de reais. E não temos uma avaliação profunda, um diagnóstico eficaz do impacto no desenvolvimento nacional, no crescimento do PIB, na desconcentração de investimentos dessa política de incentivos fiscais que prevê quase 100 bilhões de renúncia fiscal.

Foi dito aqui, repetido por alguns outros Deputados, que aquilo a que estamos assistindo agora é a iminência da apropriação de parte das receitas para financiar a expansão de alguns grupos competitivos nacionais no mercado internacional.

Ora, a nossa carga tributária, comprovadamente — não sou eu que estou dizendo isso, eu dizia até a semana passada, da semana passada para cá quem diz é o IPEA, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do



Planejamento —, é insana, é irresponsável, tira mais de quem tem menos e distribui primeiro para quem tem mais.

Pois agora, imaginem, admite-se tirar uma parte do excedente do superávit para financiar um fundo, que vai ser um instrumento de estímulo à expansão dos nossos setores exportadores mais competitivos.

Antes de pensar em tirar do Estado, tirar da sociedade para financiar a acumulação privada, é preciso dar a destinação correta.

Sr. Presidente, tivemos ontem uma audiência com os ex-Secretários Everardo Maciel e Osiris Lopes, com o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário e com a OAB nacional para discutir a proposta de reforma tributária. E há um consenso. Se a nossa carga tributária tem injustiças internas, o grande e maior problema é para onde vai o fruto da arrecadação.

Então, não posso admitir que o Presidente Lula diga qual é a fonte para financiar a regulamentação da Emenda nº 29 e não tenha perguntado sobre o prejuízo social que iria causar a renúncia fiscal quando foi aprovada aqui a medida provisória relativa aos exportadores, quando agora foi indicada a nova política para o desenvolvimento industrial, quando se admite desonerar a folha em 6% para aumentar a competitividade e não se esclarece quem compensa a perda de receita do INSS.

Então, não posso usar a lógica da obstrução para esconder por trás disso, na verdade, uma atitude de submissão aos interesses do mercado. Acho que temos que aprovar o requerimento, fazer a discussão até onde pudermos e trabalhar para que tenhamos, na próxima semana, a representação das entidades do setor de saúde, não só dos profissionais, dos médicos, mas também representantes das entidades que querem fortalecer o controle social deste que é talvez o maior sistema de atendimento à saúde, o Sistema Único de Saúde vigente em nosso País.

Por isso, voto a favor do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Rita Camata.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Sr. Presidente, nobres pares da Comissão, quero me somar a todas as manifestações aqui feitas sobre a preocupação e a urgência no sentido de que seja assegurado o financiamento. Não



é o ideal, mas é o razoável, o possível para que o atendimento à população brasileira tenha maior qualidade.

Fico meio preocupada quando os ânimos se alteram tanto. Há alguns apaixonados diante do sofrimento de milhões e milhões de brasileiros nas filas dos hospitais, das unidades de saúde, na porta dos prontos-socorros. Mas comungo da preocupação de todos que querem garantir um financiamento seguro.

Queria aqui lembrar, como foi destacado pelo próprio Deputado Darcísio Perondi, que desde 2000 não se aumentam os investimentos num setor tão importante, tão propalado como prioritário por todo governante de nosso País.

Precisamos fazer justiça: não é um problema do Governo Lula. Não tenho aqui nenhuma credencial, nenhum sentimento de fazer a defesa de quem quer que seja. Mas acho que é a verdade. Para todos os candidatos que vão para uma campanha a saúde é prioritária, seja Vereador, seja Prefeito, seja Governador, seja Presidente da República. Porém, quando sentam na cadeira, por “n” fatores que não quero julgar, na hora de definir quais são as áreas prioritárias, vemos que a saúde não tem sido aquinhoadada com o financiamento necessário. Essa é a grande verdade.

Não quero aqui, nesta manhã, condenar ou crucificar ninguém. Acho que aqui temos um único objetivo. Espero que o objetivo que nos une seja o objetivo da construção e não o da desconstrução.

É com esse sentimento, Sr. Presidente, que vejo a necessidade de votarmos a matéria da forma como o Senado votou por duas vezes, por unanimidade, definindo que teríamos a receita bruta como parâmetro dos investimentos na área de saúde.

Sr. Presidente, não tenho aqui, com toda a honestidade, mesmo entendendo que a arrecadação está crescendo de forma pujante — o que é importante para o País —, mesmo entendendo que o Governo, nestes últimos anos ou últimos meses, tem assegurado isenções, que já foram aqui destacadas, do PIS/COFINS, da CIDE... Uma outra área que entendo ser importante para o País é a de infra-estrutura, mas o Governo tem dado isenção.

Quanto à questão das exportações, da política industrial, o que se propõe é serem assegurados 250 bilhões até 2010. É importante, gera emprego, aumenta a





competitividade? Acho que sim. Agora, não sei se o sentimento que move alguns de meus pares é entender que o Governo Lula não tem a saúde como prioridade. Até aqui não teve oportunidade de dar essa demonstração. É com esse sentimento que quero ajudar nessa construção.

Sabemos que existe a proposta de criar o Fundo Soberano. Se existe recurso para o Fundo Soberano, obviamente vamos ter do nosso Presidente Lula a prioridade para a saúde. Não é muito. Estamos aqui pedindo que seja assegurado o quê? Em torno de 9 bilhões este ano, que são os 8,5 previstos no projeto aprovado no Senado e, até 2011, em torno de 21 bilhões para serem investidos na saúde.

Sei que isso é extremamente importante para 180 milhões de brasileiros. Muitos dizem: *“Ah, 40% da população é atendida pelos planos de saúde”*. Sabemos que muitos destes 40% da população que usam os planos de saúde utilizam o SUS. Seja na hora da emergência, seja na hora da vacinação, seja na hora dos medicamentos e das intervenções com alto grau de complexidade eles vão recorrer também ao programa único de saúde do nosso grande SUS.

Sr. Presidente, é com essa manifestação que queremos registrar não só nosso desejo de assegurar, de forma definitiva, a aprovação da matéria que veio do Senado, mas também o de fazê-lo de forma segura, serena, sem os ânimos tão exaltados. Às vezes, é compreensível a exaltação, mas não há necessidade de agressão. Cada um está no seu direito. Aqueles que querem votar hoje, a qualquer preço, não podem agredir, de certa forma, uma companheira que está desempenhando um papel que faz parte do equilíbrio do Parlamento. Uma hora uns querem obstruir; outra hora, outros. É regimental, é legítimo. Então, vamos respeitar e fazer com que esse trabalho possa ser feito de forma harmoniosa e quem ganhe seja a população, que depende dos serviços do setor de saúde de nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Obrigado, Deputada Rita Camata.

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, falarei por não mais do que 2 minutos.

Ouvi atentamente todas as discussões e quero tirar 3 conclusões. A primeira conclusão é que saúde não é prioridade para este Governo. Se o Governo consegue



pôr 15 bilhões no Fundo Soberano, consegue pôr 21 bilhões na desoneração, consegue pagar, com alegria, 136 bilhões de reais para encher as burras dos banqueiros e não quer dar 9 bilhões para a saúde, é porque saúde não é prioridade.

Então, meu conselho é que pelo menos tirem essa prioridade do discurso, para não haver cinismo na nossa atuação.

Segunda conclusão. Acompanhei muito bem o discurso do Deputado Paulo Rubem Santiago. É a questão da lógica capitalista. Concordo plenamente com S.Exa. Faz 20 anos que estamos neste País sendo submetidos intensamente à lógica capitalista. E ela entra na saúde.

Vou falar uma coisa a mais. A maior propaganda para os planos privados de saúde, inclusive os internacionais que estão entrando, é um SUS que não funciona. Não tenho dúvida nenhuma, Sr. Presidente, minha conclusão é que o SUS que não funciona, que não tem dinheiro, que é mal gerenciado é uma excelente propaganda para as operadoras de plano de saúde nacionais e internacionais.

A terceira conclusão nem consigo tirar, porque estava perguntando aqui ao Deputado Ronaldo Caiado se o Senador Tião Viana é do Democratas ou do PSDB, e S.Exa. me garantiu que o Senador Tião Viana é do PT. Com certeza?

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Com certeza.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Acabei de conversar com o Deputado Rafael Guerra. A proposta de S.Exa. é idêntica à proposta do Senador Tião Viana, do PT. Aí, para mim, já vira um samba de crioulo doido, ou seja, talvez o Senado queira fazer o papel de bonzinho e a Câmara ser culpada por essa terrível situação por que passa a saúde.

Eram só essas conclusões que eu queria tirar, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Sr. Presidente, esse requerimento de inversão de pauta de fato vem se somar ao sucesso da gestão do Presidente. Inclusive, durante este período, votamos projetos importantíssimos, que fizeram uma pauta positiva no plenário.



Votando também esse projeto de lei, com o parecer do Deputado Rafael Guerra, vamos fazer um ciclo de primeiro semestre que talvez esta Comissão de Seguridade nunca tenha tido a oportunidade de fazê-lo. Eu estou aqui há 13 anos e percebi nossa produtividade, com a votação de matérias muito importantes.

É bom salientar que estão aqui conosco representantes do Conselho Federal de Odontologia, do CONASEMS, da Confederação Nacional de Saúde e da Federação Brasileira de Hospitais, que fizeram, durante todos estes anos, um debate profundo sobre essa questão e que buscam nesta Comissão uma posição firme e clara em relação ao financiamento.

O que estamos fazendo é dar responsabilidade às 3 esferas de Governo, estabelecendo mínimos de aplicação na área da saúde, para que ela de fato possa ser uma política de qualidade, que é o que o SUS quer perseguir a partir de agora, uma vez que já conseguiu se instalar, de alguma forma, em todos os municípios. Precisamos agora investir na qualidade, fazendo com que todos os brasileiros tenham acesso ao que temos de recursos, tantos científicos quanto técnicos, e que estes não sejam apenas privilégios de alguns em nosso País. O SUS tem condições, tranqüilamente, de oferecer a qualidade desse atendimento.

Por isso, somos favoráveis ao requerimento de inversão de pauta.

Sr. Presidente, não amplie este debate. Temos que discutir o mínimo possível, porque o que nos importa é garantir o parecer aprovado nesta Comissão e em Plenário. Isso faz com que a nossa Comissão também seja vista e respeitada pelos demais pares do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, o meu voto é favorável à inversão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Muito bem. A informação que temos é de que a Ordem do Dia já encerrou. Está apagado aqui o aviso.

Encerrada a Ordem do Dia, colocaremos em votação o requerimento de inversão de pauta.

Em votação o requerimento.



Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento:

*“Requeiro a V.Exa., com base nos arts. 117, inciso 10, e 177, § 1º, do Regimento Interno, o adiamento da discussão do Item 6, PLP 306/08, pelo prazo de duas sessões.”*

Em discussão.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, o autor do requerimento está ausente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - V.Exa. tem razão, Deputado. O requerimento está prejudicado porque a autora não está presente.

Item 6.

Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, do Senado Federal, do Senador Tião Viana, que *“dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações de serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle da despesa com saúde, nas 3 esferas do governo”*.

Relator: Deputado Rafael Guerra.

Tem S.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Pela ordem, tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Eu quero propor que o Relator leia apenas o voto, porque já temos conhecimento desse assunto.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, o assunto vem sendo discutido desde o ano de 2000. Todos conhecemos o teor do projeto no Senado. Então, peço a dispensa da leitura.

Lei aqui, em meu voto: *“É inegável a relevância do tema tratado por este projeto”...*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Rafael Guerra, deixe-me fazer uma observação.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A sessão está tumultuada. Sabemos que há tendências para sustar a reunião etc. Por isso, seria conveniente, nesse projeto específico, V.Exa. ler não só o seu voto, mas também o seu relatório, por favor.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Tudo bem, Sr. Presidente.

“Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008.

Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 esferas de governo.

Relatório

Aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei nº 121, de 2007 — Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, a proposição em tela veio à Câmara dos Deputados para que esta exerça sua função de Casa revisora, nos termos do preceituado pelo art. 65 da Constituição Federal, passando a ser identificado como Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008.

Em despacho da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o seu Regimento Interno, a presente proposição foi distribuída à apreciação da Comissão de Seguridade Social e Família, da Comissão de Finanças e Tributação (mérito e art. 54, RICD) e da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (art. 54, RICD), em regime de prioridade de tramitação, sendo aprovado, em 14/5/2008, requerimento de urgência (art. 155, RICD) para apreciação da matéria, restando, assim, às Comissões o prazo de 5 sessões, concomitantemente, para sobre ela decidir (art. 52, RICD).

O objetivo da proposição é regulamentar os §§ 2º e 3º do art. 198 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000, no sentido de determinar o montante de recursos mínimos a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, bem como estabelecer regras para repasse e aplicação



desses recursos, e ainda prever mecanismos de fiscalização e controle da gestão da saúde.

Em razão do regime de urgência em que se encontra a matéria, o prazo de apresentação de emendas corre em conjunto para todas as Comissões as quais constam do despacho da Mesa, e o parecer a elas, se houver, será apresentado em Plenário.

É o relatório.

Voto do Relator

A pressão por serviços e ações de saúde em nossa sociedade tem aumentado de forma constante, seja pela elevação da expectativa de vida da população, seja pela crescente necessidade de utilização de métodos complexos na assistência à saúde, além de outros fatores. Um paradigma para a ampliação do acesso à saúde pública (assistência hospitalar) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, quando o Estado deixou de atender somente aos contribuintes do sistema previdenciário (antigo INAMPS — Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social), ou seja, o trabalhador formal, o que à época se determinava como saúde pública: apenas a promoção de saúde e prevenção de doenças, com ações de vacinação, campanhas de eliminação de vetores causadores de doenças etc. Com a determinação insculpida no art. 196 de nossa Carta Magna, de atribuir-lhe o caráter de universalidade, integralidade e isonomia, estabeleceu-se a saúde como direito de todos e dever do Estado.

A Constituição estabeleceu, transitoriamente, até que fosse aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o montante de 30% do orçamento da seguridade social seria destinado ao setor saúde. Com efeito, as LDOs para os exercícios financeiros de 1990 e 1991 não traziam em seu bojo determinação alguma sobre os recursos para atender especificamente ao setor saúde, sendo somente nos exercícios de 1992 e 1993 que a vinculação de 30% do orçamento da seguridade social para o setor saúde foi efetivada nas LDOs.

Considerando tal metodologia para determinar o *quantum* a ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde, o Orçamento para 2008 deveria destinar cerca de 96,15 bilhões de reais, em detrimento dos 48,58 bilhões de reais aportados na LOA 2008. Ainda no exercício de 1993, diante do agravamento do déficit



previdenciário, a impossibilidade de se repassar o montante estipulado pela LDO criou uma situação emergencial, que demandou, inclusive, a realização de empréstimos junto ao Fundo de Amparo do Trabalho — FAT para suprir a necessidade de recursos do setor saúde.

Essa situação instou o Congresso Nacional, diante da crescente necessidade do setor e preocupado em garantir um fluxo de recursos suficiente, senão, no mínimo, constante, a aprovar, em 2000, a Emenda Constitucional nº 29. De forma transitória, até o exercício financeiro de 2004, a emenda estabeleceu para os Estados e Municípios e o Distrito Federal a vinculação de 12% e 15%, respectivamente, de suas receitas correntes, e no caso da União utilizou a despesa empenhada em ações e serviços públicos de saúde no ano de 1999, acrescido de 5%, como base para os pisos futuros, devendo, a cada exercício, o valor apurado no ano anterior ser acrescido da variação nominal do Produto Interno Bruto — PIB.

Muito embora o texto constitucional pareça-nos suficientemente claro, a ausência da regulamentação é responsável por alguns problemas para dar efetividade à aplicação do texto constitucional. Um deles diz respeito à fixação do *quantum* a ser aplicado e outro à definição das ações e serviços públicos de saúde que realmente concorrem para atender ao princípio da universalidade e integralidade, entre outros, previstos no art. 198 da Carta Maior.

Em relação ao montante, inicialmente o Poder Executivo utilizou um critério que se chamou de “base fixa”, segundo o qual o valor a ser destinado em serviços e ações de saúde nos exercícios de 2001, até a edição da lei complementar, seria a aplicação do crescimento nominal da economia sobre o piso do ano anterior.

Em 20 de março de 2002, o Plenário do Tribunal de Contas da União, por meio da Decisão nº 143, em resposta a questionamento realizado por esta Comissão, assentou o entendimento de que a aplicação de recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde deve ser o da “base móvel”, ou seja, a variação nominal do PIB aplicada sobre o montante efetivamente empenhado no ano anterior.

Outro fator que foi objeto de questionamento é a mudança de metodologia na apuração do PIB, alterada em 2006. O Produto Interno Bruto brasileiro foi recalculado desde 1999, o que implicaria ajuste no valor mínimo a ser aplicado em ações e serviços de saúde, já que o PIB apurado nos exercícios passou a ser



diferente daquele utilizado para base de fixação de recursos mínimos em ações e serviços de saúde. Isso, inclusive, é motivo de consulta que a Comissão fez ao Tribunal de Contas, cuja resposta deve chegar na próxima segunda-feira.

O Governo Federal entende que, para se obter o piso de 2007, basta aplicar a variação do PIB — já recalculado — de 2007 sobre 2006, que foi de 10,16%, sobre o valor efetivamente executado em 2006, baseado na metodologia anterior de cálculo do PIB, que foi de 40.746,2 milhões de reais, quando deveria ter sido de 41.319,2 milhões de reais segundo nova metodologia de cálculo do PIB. Assim o piso cai em 619,6 milhões de reais. Nos anos anteriores ocorreu nova queda. Para 2008, nova queda de 682,6 milhões de reais, acumulando, só nesses 2 anos, 1.302,3 milhões de reais.

Aí há um gráfico com o total de diferenças do PIB, cuja perda acumulada corresponde a 2.430,6 bilhões de reais. Esse é o motivo da consulta que fizemos ao Tribunal de Contas da União.

O projeto busca corrigir estas falhas e corretamente muda o paradigma da fixação do piso, no âmbito da União, de despesa para receita. A determinação do piso mínimo de recursos em ações e serviços públicos em saúde, baseado na receita e não mais na despesa, elimina um efeito nefasto para o setor, pois a ocorrência de situações extemporâneas, em que há necessidade de uma maior intervenção do Governo, força, inevitavelmente, o gestor a implementar ações emergenciais, em detrimento de outras já programadas no Orçamento.

Contudo, a despeito disso, não poderá elevar a execução total em ações e serviços públicos de saúde, já que o incremento do gasto no setor, mesmo que por motivo aleatório, implicará em aumentar futuramente o montante a ser destinado a ações e serviços públicos de saúde. Ademais, a área econômica do Governo, na definição da programação financeira, promove o contingenciamento por meio da limitação de movimentação e empenho das despesas que excedem o piso da saúde.

Na verdade, este ano nós temos um contingenciamento dentro do piso da saúde.

Como a limitação é passada aos órgãos por fonte de recursos e não por programação, o gestor acaba por ter que optar por qual política pública de saúde deixará de executar, para dar cabo às necessidades mais prementes.





Assim, acreditamos ser acertada a utilização das receitas correntes brutas como base de cálculo para a aprovação dos recursos mínimos para a saúde, pois a avaliação da série histórica do PIB, em comparação com a evolução das receitas correntes, mostra que houve maior incremento dessas últimas, sugerindo uma base mais favorável.

Cabe destacar que a determinação de maiores recursos para a saúde traz implicações diretas sobre a oferta de serviços públicos de saúde para a população, refletindo na construção de um Sistema Único de Saúde que melhor atenda às necessidades da população e promova a equidade.

Nesse sentido, o projeto em análise avança na determinação de recursos mínimos para a aplicação em serviços de saúde, promovendo um incremento estimado de 12,3 bilhões de reais já em 2008, com a vinculação de 8,5% da receita corrente bruta, e escalonando para 9%, 9,5% e 10% em 2009, 2010 e 2011, respectivamente, totalizando, ao final, a projeção do aporte de mais 30,5 bilhões de reais para o setor.

A diferença dos 23 para os 30 bilhões se dá porque está sendo reajustada a estimativa da receita corrente bruta pelo crescimento do PIB e pela inflação. Em valores atuais, o acréscimo seria de 23 bilhões. Aqui é uma projeção.

No gráfico, há uma observação: Receita Corrente Bruta prevista na LOA 2008 e projetada para 2009 a 2011, segundo variação do PIB.

No que tange aos Estados, ao Distrito Federal e Municípios, à lei complementar cabe apenas definir os percentuais mínimos a serem aplicados, já que a base de cálculo para esses entes está fixada no art. 198 da Constituição Federal e não está sujeita à regulamentação da lei complementar, sendo simplesmente reproduzida na regulamentação. Destarte, a proposta mantém a mesma definição constante do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quais sejam 12% para Estados e 15% para Municípios e o Distrito Federal.

O projeto prevê, ainda, no entanto, que os entes federados cuja aplicação do mínimo em saúde se encontrar abaixo do determinado na data de início da sua vigência terão até o exercício de 2011 para se adequarem, devendo a diferença ser reduzida à razão de pelo menos um quarto por ano.



De outro lado, o estabelecimento do que efetivamente é gasto em ações e serviços públicos de saúde, bem assim a exclusão dos gastos que não mais poderão compor a base de aplicação mínima, representa outro avanço para o setor. Somente o aporte mais adequado de recursos ao setor já não é suficiente para a garantia de uma aplicação mais efetiva, e, assim, torna-se necessária a criação de mecanismos que impeçam que sobre a base passem a incidir artifícios que resultem na sua diminuição, reduzindo, por via de consequência, nominalmente, os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde.

Tal situação foi vivenciada durante a ausência da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, de 2000, como a execução de despesas relativas à Transferência de Renda com Condicionalidades (Bolsa-Família), que retirou mais de 3,2 bilhões de reais de recursos da saúde entre 2003 e 2005, a Farmácia Popular, que não atende aos preceitos de universalidade e gratuidade do SUS, em detrimento da ação de assistência farmacêutica básica, despesas com saneamento básico que não visem exclusivamente à eliminação de vetores e transmissores de doenças, dentre outras.

A ausência da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 implicou na delimitação das ações de serviços públicos de saúde meramente no âmbito institucional, considerando como tais aquelas despesas constantes do programa de trabalho do Ministério da Saúde, deduzidas as despesas com os serviços da dívida (juros e amortização), os inativos e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, conforme preconiza a Lei de Diretrizes Orçamentárias a cada ano. Para se retirar essa “redoma” institucional, não mais vinculando somente ao Ministério da Saúde o desenvolvimento de ações e serviços públicos de saúde, é imprescindível formalizar a conceituação normativa prevista na proposta, que toma como base os princípios da equidade, da universalidade de acesso aos serviços públicos de saúde em todos os níveis de complexidade do sistema e da integralidade da atenção, conforme preceituam a Constituição Federal e a Lei nº 8.080, de 1990.

É inegável a relevância do tema tratado por este projeto, e diante de toda a argumentação exposta, além da oportunidade que não se pode deixar de regulamentar tão importante assunto de interesse direto da população,



manifestamos o voto favorável, no mérito, ao Projeto de Lei Complementar nº 306, de 2008, na forma aprovada pelo Senado Federal.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2008.”

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Muito obrigado.

Em discussão o voto do Deputado Rafael Guerra.

Está inscrita para discutir a Deputada Cida Diogo, a quem concedo a palavra.

Os outros Deputados retiraram a inscrição.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Quero, mais uma vez, chamar a atenção para o fato de que a Comissão de Seguridade Social e Família tem uma responsabilidade muito grande. Pelo menos ao longo do período que estou aqui, 1 ano e alguns meses, a Comissão sempre tem procurado fazer uma discussão séria em relação a todos os projetos que por aqui passam, e esta talvez seja, das discussões que desenvolvemos nesta Casa, a mais importante e mais séria.

Na minha avaliação, a Câmara dos Deputados sempre tem adotado a postura de conduzir a discussão de projetos importantes de uma forma séria e bastante objetiva, diferentemente do que ocorre muitas vezes no Senado, onde a luta política acaba sendo a que permeia o debate. Aqui, na Câmara, existe a possibilidade de fazer a discussão em cima da realidade do País e não da luta política estabelecida.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Há um orador na tribuna.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Uma oradora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Uma oradora, evidentemente.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Uma oradora. Muito bem, Deputada Rita Camata.

Na minha avaliação, esta Comissão fazer hoje uma discussão açodada sobre um projeto de lei aprovado no Senado cujo conteúdo total a Comissão ainda não teve acesso — o relatório está sendo lido hoje e todos só receberam uma cópia agora — não corresponde à seriedade e serenidade com que sempre procurou discutir e pautar questões importantes como é esta regulamentação da Emenda nº 29.



Acho que existe hoje uma condição muito concreta e real de viabilizarmos efetivamente a regulamentação da emenda, estabelecendo não só o que está no conteúdo desse projeto, mas também a fonte de financiamento, porque esta Câmara Federal, no final do ano passado, aprovou um projeto de regulamentação que estabelecia fontes, que garantia e amarrava a fonte. Hoje, corremos o risco de aprovar um projeto, nesta Comissão, sem estabelecer fonte, o que será inócuo. Na verdade, a Casa poderá, por conta de não estabelecer a fonte exata do recurso para garantir o cumprimento da emenda, ver esse projeto aprovado apenas no papel, como, aliás, já aconteceu em 2000, quando a emenda foi aprovada, mas hoje, 8 anos depois, é que estamos discutindo a sua regulamentação. Corremos o risco de aprovar a regulamentação, mas a prática, a execução não se dar porque não há fonte eficaz estabelecida.

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Sras. e Srs. Deputados, há uma oradora na tribuna. Peço que tenham consideração pela oradora.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Acho que o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, no ano passado, além de estabelecer fonte, também definia, de forma muito interessante e muito bem construída, um formato que garantia a eficiência na prestação de serviço, estabelecia uma série de critérios para garantir não só a chegada dos recursos, mas também que os recursos fossem bem utilizados. O projeto que aprovamos na Câmara dava condição de viabilizar os recursos, com a definição de fontes, e ao mesmo tempo garantia com que esses recursos fossem bem utilizados, com o estabelecimento de critérios para que a utilização fosse feita da forma mais eficiente possível.

Esse projeto que vem do Senado — eu não sei se todos os membros da Comissão já tiveram oportunidade de lê-lo — não assimilou o que o projeto originário da Câmara estabelecia. Isso é muito preocupante. Na minha avaliação, quem fica hoje defendendo mais recursos e, ao mesmo tempo, estabelece recursos da União, estabelece, na verdade, um prolongamento, um alongamento para os prazos de Estados e municípios. Da forma como está posto, o município que já cumpre os 15%, com esta lei, estará amparado legalmente para deixar de cumprir esse percentual.



Acho que é uma temeridade esta Comissão de Seguridade Social aprovar um projeto sem ter conhecimento da sua totalidade, sem ter o domínio de todos os seus artigos, de todos os itens, de todos os seus pormenores. E a Comissão conheceu o relatório agora, não teve oportunidade de lê-lo minuciosamente, de forma mais tranqüila, para poder, então, aprová-lo.

Chamo a atenção desta Comissão para nossa responsabilidade. Eu sempre defendi, sempre atuei dentro da área de saúde pública. Já fui gestora municipal de saúde e sei da dificuldade que tem o gestor público de saúde para garantir eficiência na assistência à saúde da população. Sei da necessidade de regulamentarmos a Emenda nº 29, só que quero aprová-la de forma séria, de forma concisa, de forma precisa, garantindo efetivamente o recurso para que ela possa acontecer. Eu não quero aprovar uma lei somente para lavar a alma e dizer que fui uma das Parlamentares que contribuíram para que fosse aprovada a regulamentação da Emenda nº 29. Eu quero dizer que ajudei a aprová-la, que garanti a aprovação da regulamentação, mas, ao mesmo tempo, na condição de Parlamentar desta Casa Legislativa, negocie e busquei garantir o recurso necessário para que ela se viabilizasse.

Fazer uma lei como essa sem incluir a amarração de recurso é uma balela, é uma brincadeira, é só para aparecer junto à opinião pública, é só para ir para a galera. Eu quero que seja garantida, de fato, a eficiência para o setor de saúde do meu País, que haja recursos necessários para que melhore a assistência a quem dela precisa lá na ponta. É isso que eu quero fazer, é isso que estou defendendo.

Acho um absurdo — um absurdo — esta Comissão não ter a disposição de aguardar a reunião da próxima semana para que possamos, à luz dos acontecimentos desta semana, aproveitando o feriado, ler o projeto e o relatório e aí, sim, com mais conhecimento, poder definir uma posição e votar. Inclusive, podemos aproveitar esta semana para buscar pressionar o Executivo, pressionar o Governo, para que ele garanta a fonte de financiamento que temos de amarrar a esse projeto, uma fonte carimbada para a saúde. Se não fizermos isso, não estaremos discutindo saúde pública com seriedade no nosso País. Eu quero incluir no texto a origem do dinheiro, amarrar ao projeto os recursos necessários para que a saúde possa acontecer.



Acho que esta Comissão está apreciando esse projeto de forma açodada. Sequer posso apresentar uma emenda que gostaria para melhorar o relatório, para melhorar o projeto, que seria para garantir um artigo que amarre o recurso para viabilizar a regulamentação.

O que está em jogo agora é que há pessoas que de fato têm compromisso e querem aproveitar esta semana para poder garantir, amarrar, definir a fonte e incluí-la no projeto, e há outras que só querem aprová-lo para poder fazer jogo político, luta política e aparecer para a opinião pública. Esse é o jogo que vemos neste momento. Mas eu sei que esse jogo vai ser mal jogado nesta Comissão se ela não se permitir dar esta semana para aprofundar, discutir e negociar para garantir o dinheiro, a fonte, de forma amarrada e carimbada para a saúde. É isso o que eu defendo, mas, infelizmente, da forma como está sendo conduzida a reunião não acredito que isso vá acontecer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Declaro encerrada a discussão, porque ninguém mais se propôs a fazê-lo. Antes de passar para a votação, quero dizer que esta Comissão não se omite e não perde a seriedade. Esse projeto vem do Senado. É praticamente o mesmo, está na Internet desde ontem e foi colocado em pauta para discussão e votação com urgência, em virtude da decisão de a matéria ir à apreciação do Plenário no próximo dia 28. Evidentemente, cabe a esta Comissão dar sua opinião sobre o mérito. Então, não há o que se discutir a respeito.

Apesar dos percalços e das divergências, temos agido aqui democraticamente, com tolerância e equilíbrio, atendendo a todas as solicitações dos Deputados.

Muito bem.

Requerimento sobre a mesa:

*“Senhor Presidente,*

*Requeiro a V.Exa., com base no art. 193, § 3º, art. 117, inciso X, e art. 101, incisos I a III, do Regimento Interno, o adiamento da votação do item nº 6 do PLP nº 306/08, pelo prazo de 2 sessões”.*

Assina a Deputada Cida Diogo, que tem a palavra.



**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, apresentei esse requerimento da mesma forma como pedi o adiamento da discussão, o que, infelizmente, não pude defender — fui ao banheiro e, quando voltei, ele já havia sido apreciado. Esse requerimento tem o mesmo objetivo de adiar a votação da matéria.

O relatório foi lido, está consolidada a sua leitura, e ainda teremos uma reunião da Comissão antes da data em que a matéria deverá ir ao plenário. Portanto, temos tempo. Volto a insistir com os Deputados que estão aqui me ouvindo: já foi feita a leitura, e o relatório está registrado, está cadastrado. Agora, se adiarmos a votação até a semana que vem, será a sinalização de que esta Comissão está querendo abrir porta para negociar e buscar viabilizar não só a aprovação do projeto, mas a sua concretização, a sua efetivação onde é preciso, ou seja, garantir que os recursos chegarão ao Ministério e às Secretarias de Saúde.

Então, nada mais justo do que podermos — e faço agora a defesa do requerimento em forma de apelo aos membros desta Comissão — deixar para que essa votação aconteça na reunião de quarta-feira que vem. Ele entraria como primeiro item da pauta, e a votação seria direta. Até lá, teríamos esta semana para trabalhar uma alternativa negociada, seja com a base do Governo, seja com a Oposição, para viabilizar não a aprovação do projeto, mas a implementação lei, a regulamentação, especificamente.

Então, faço um apelo aos membros desta Comissão no sentido de votarmos o relatório do Deputado Rafael Guerra — que já foi lido, já foi discutido — na semana que vem, na perspectiva de trabalharmos ao longo desta semana alguma possibilidade de negociação com o Executivo Federal, que é efetivamente quem vai garantir os recursos, e amarrarmos com ele essa fonte para a liberação do dinheiro.

Portanto, peço aos nobres pares que aprovem esse requerimento de adiamento da votação, para que possamos viabilizar esse processo negocial junto ao Executivo Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Para falar contra, com a palavra a Deputada Rita Camata.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Sr. Presidente, de forma bastante sucinta, primeiro, quero dizer que aqui ninguém vota indo para a platéia. Todos nós temos imensa responsabilidade, e o Senado fez a análise da matéria por 2 vezes.



Esse é o sentimento que, tenho certeza, é de todos os membros desta Comissão. Todos sabemos da responsabilidade que temos e da importância de esta Comissão estar apreciando matéria de tamanha relevância. Não tenho dúvida em afirmar que esta é a mais importante proposta que nós, Parlamentares, temos para analisar na Comissão e no Parlamento brasileiro.

Já votamos, no semestre passado, projeto que não atendia às necessidades do setor. Hoje, o sentimento que temos — e o digo com muita tranquilidade — é o de que não podemos alterar o que veio do Senado.

Esse debate que está sendo feito agora — entendo a preocupação da Deputada Cida Diogo — devia ter sido feito lá no Senado, afinal, o projeto da Câmara estava lá. Se a compreensão do Governo é a de que o melhor projeto é o que foi da Câmara para o Senado, isso deveria ter sido concertado. E vamos falar a verdade: nem lembraram que havia um projeto da Câmara no Senado, porque quando foi votado o Projeto Tião Viana, sequer foi mencionado o projeto que a Câmara tinha apreciado, porque ele não atende à necessidade de financiamento que a saúde precisa. E este também não atende plenamente.

Quando se fala na fonte, entendo que a fonte está aqui escrita: “10% da receita bruta”. Esta é a fonte. Se há um convencimento do Governo de que ela é insuficiente com a perda da CPMF, não vejo nenhuma dificuldade — e me coloco à disposição — em aprovarmos na Comissão o relatório do Deputado Rafael Guerra, com a matéria que veio do Senado. Vamos discutir, antes de ir para o plenário, um compromisso, se houver o convencimento de que o recurso que existe é insuficiente. Mas não podemos atrasar a matéria. De qualquer emenda ao projeto que veio do Senado, a tradução simples e clara é a de que, para este ano, não há mais recurso para a saúde. E sabemos que não podemos, de forma alguma, fazer... O próprio Ministro Temporão já disse que não fecha o ano com o orçamento que aí está. Temos de dar uma garantia. E essa garantia é aprovarmos a matéria. Se for necessário avançar nesse entendimento de uma nova fonte, havendo, do Governo, essas informações que seriam importantes, não teríamos dificuldade de, durante a semana, no final de semana e na semana que vem, apreciarmos uma outra fonte, se assim entendermos necessário. Mas esse projeto já prevê fonte: 10% da receita bruta, repito.





**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra para fazer o encaminhamento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Apenas para questão de ordem. Do contrário, só falam a Relatora a favor e um contra.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - E para orientação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Para orientar sua bancada é permitido. Os Líderes de bancada podem orientar.

Tem a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - Sr. Presidente, sempre fui membro da Comissão de Finanças e Tributação. Troquei de Comissão para poder discutir as matérias e aprender sobre os temas específicos dessa área.

Quanto à discussão acerca do financiamento, concordo com a Deputada Rita Camata. E, mais: acho que, se aprovado o projeto hoje, a Comissão de Finanças e Tributação pode analisar a adequação financeira e orçamentária. Esta é a Comissão de mérito. Até porque, fôssemos entrar nessa discussão, veríamos que os gastos públicos do Governo, nos últimos 12 meses, estão crescendo na ordem de 15% ao ano. Na proposta que veio do Senado e que será aprovada — espera-se — aqui, há um crescimento de 0,5% ao ano para chegar aos 10%.

E, depois, é uma questão justa: o Governo Federal, como o Poder Legislativo, sempre cria regras claras para Estados e municípios. É assim na saúde e é assim na LRF. O Governo Federal, porém, nunca tem as suas regras claras para sabermos como ele deve, inclusive, aplicar dinheiro na saúde.

Então, se os municípios aplicam 15%; os Estados, 12%, e há uma regra progressiva, o correto seria exatamente a aprovação do projeto, que, de forma progressiva, obriga o Governo a aplicar parte específica dos recursos, como manda a Constituição.

Por isso, somos contrários ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Muito bem. Vamos colocar em votação o requerimento.

Aqueles que estiverem de acordo com o adiamento da votação por 2 sessões, como proposto pela Deputada Cida Diogo permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Verificação, Sr. Presidente.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Verificação conjunta.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Conjunta, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Verificação concedida. É regimental.

Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Deputada Aline Corrêa. *(Pausa.)*

Deputada Ângela Portela. *(Pausa.)*

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Deputado Chico D'angelo. *(Pausa.)*

Deputada Cida Diogo.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - “Sim”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A Deputada Cida Diogo vota “sim”

Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Geraldo Resende.

**O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE** - “Não”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Henrique Afonso, *(Pausa.)*

Deputado José Linhares. *(Pausa.)*

Deputado Maurício Rands. *(Pausa.)*

Deputado Maurício Trindade.

**O SR. DEPUTADO MAURÍCIO TRINDADE** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Nazareno Fonteles. *(Pausa.)*

Deputada Rita Camata.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Roberto Brito.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITO** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Saraiva Felipe. *(Pausa.)*

Deputada Solange Almeida. *(Pausa.)*



Deputado Eduardo Barbosa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Bloco PSDB/DEM/PPS.

Deputado Germano Bonow. *(Pausa.)*

Deputado João Bittar. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Sampaio.

**O SR. DEPUTADO LEANDRO SAMPAIO** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Rafael Guerra.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - “Não”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Rodrigo Maia.

**O SR. DEPUTADO RODRIGO MAIA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Antonio Bulhões.

*(Pausa.)*

Deputado Armando Abílio. *(Pausa.)*

Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN.

Deputado Mário Heringer. *(Pausa.)*

Deputado Mauro Nazif.

**O SR. DEPUTADO MAURO NAZIF** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Ribamar Alves.

*(Pausa.)*

PV.

Deputado Dr. Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - “Não”

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - PSOL.



Deputada Tonha Magalhães. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Suplentes.

Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Deputado Antonio Cruz.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CRUZ** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Clodovil  
Hernandes. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Pudim. *(Pausa.)*

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Guilherme Menezes. *(Pausa.)*

Deputada Íris de Araújo. *(Pausa.)*

Deputada Janete Rocha Pietá. *(Pausa.)*

Deputado Lelo Coimbra. *(Pausa.)*

Deputado Luiz Bassuma. *(Pausa.)*

Deputado Marcelo Castro. *(Pausa.)*

Deputado Mário Negromonte. *(Pausa.)*

Deputado Neilton Mulim. *(Pausa.)*

Deputado Pepe Vargas. *(Pausa.)*

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Deputado Tadeu Filippelli. *(Pausa.)*

Deputado José Carlos Vieira. *(Pausa.)*

Bloco PSDB/DEM/PPS.

Deputada Andreia Zito. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Pinotti.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Geraldo Tadeu.  
*(Pausa.)*

Deputado Índio da Costa.

**O SR. DEPUTADO ÍNDIO DA COSTA** - “Não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado João Campos.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS** - “Não”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado Jorge Tadeu Mudalen. *(Pausa.)*

Deputado Leonardo Vilela.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputada Nice Lobão. *(Pausa.)*

Deputado Saturnino Masson. *(Pausa.)*

Deputado Sebastião Madeira.

**O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA** - “Não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN.

Deputada Jô Moraes. *(Pausa.)*

Deputado Manato. *(Pausa.)*

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Miguel Martini. *(Pausa.)*

PV.

Deputado Dr. Nechar. *(Pausa.)*

PSOL.

Deputado Fernando Coruja. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Encerrada a lista de votação, vamos à contagem dos votos.

*(Processo de apuração.)*

Resultado da votação: 1 voto “Sim”, 19 votos “Não” e uma abstenção.

O requerimento foi rejeitado.

Sobre a mesa requerimento de destaque para votação em separado:

*“Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos regimentais, destaque para  
votação em separado do art. 2º do PLP nº 306/08.*

*Deputada Cida Diogo”.*

Requerimento de destaque:

*“Senhor Presidente,*



*Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 3º do PLP nº 306.*

*Deputada Cida Diogo”.*

São destaques de bancada.

*“Senhor Presidente,*

*Requeiro, nos termos do Regimento Interno, destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 4º do PLP nº 306”.*

Vamos à votação da matéria.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Não é à discussão, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A discussão do projeto em si já foi encerrada com a participação da Deputada. Vamos à votação do mérito do projeto.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO VILELA** - Agora só temos a orientação na votação do mérito. Da mesma forma como V.Exa. foi rigoroso no cumprimento do Regimento, solicitando ao Relator, Deputado Rafael Guerra, que lesse todo o seu relatório e voto, solicito a V.Exa. que respeite rigorosamente o tempo regimental, uma vez que há um partido em obstrução.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem a palavra V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Só para esclarecer: os destaques estão garantidos. Então, votamos e, depois, discutimos os destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vamos colocar em votação o projeto, ressalvados os destaques da bancada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Está bem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Em votação...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Vou dar a palavra a V.Exa. para orientar, em seguida.



Em votação o projeto.

Para orientar a votação da bancada, tem a palavra a Deputada Cida Diogo, por 1 minuto.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, quero dizer claramente que a bancada do Partido dos Trabalhadores obstruiu esta reunião exatamente com o objetivo de discutir e aprofundar mais a análise do projeto e do relatório. A bancada do Partido dos Trabalhadores fez esses 3 destaques movida pelas preocupações que tem por conta da garantia da discussão dos destaques.

A bancada é favorável ao projeto, garantindo após a aprovação do projeto a discussão dos destaques, que foi sempre o que pautou a discussão desde o início desta reunião. Nos destaques vamos discutir essas preocupações que a bancada tem em relação ao projeto.

Encaminho o voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Voto favorável ao projeto?

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Ao projeto, com os destaques garantidos.

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Sr. Presidente, o PMDB vota “sim” ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - PSDB.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - O encaminhamento é a favor do mérito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - DEM.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Sr. Presidente, o DEM vota favoravelmente, mas quero 30 segundos de reflexão para me colocar inteiramente de acordo com a Deputada Cida Diogo, quando diz que é preciso corrigir 2 coisas da saúde: o dinheiro e a gestão — e não só neste Governo, mas inclusive nos anteriores. Agora estamos discutindo o dinheiro. Depois, deveremos discutir a gestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Então, V.Exa. acompanha o voto da Deputada Cida Diogo? S.Exa. votou “sim”.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - A Deputada Cida Diogo está votando favoravelmente. Todos nós estamos votando favoravelmente.



Quanto à outra questão, a da indicação de verbas, quero perguntar se o Governo questionou a esta Casa a indicação de verbas para pagar os juros da dívida — 136 bilhões por ano —, se ele perguntou para esta Casa qual é a indicação de verbas para a desoneração e para o fundo soberano? Para tudo isso é muito mais do que para a saúde. Eu nunca vi qualquer questão nesse sentido. Portanto, essa é uma questão do Governo. E a Deputada Rita Camata disse muito bem: já está indicado.

De maneira que quero, pelo DEM, manifestar-me totalmente favorável e agradecer à Deputada Cida Diogo por votar conosco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Como encaminha o PDT?

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, o voto é sim, embora entenda aqui, com o Deputado Rafael Guerra, que os §§ 3º e 5º do art. 10º podem ensejar uma análise contraditória.

O § 3º estabelece, quanto à União, que as despesas de juros e amortizações no exercício em que ocorrerem, decorrentes de recursos de operações de crédito utilizados para financiar ações e serviço de saúde, integrarão o montante considerado para o cálculo dos valores mínimos. Ou seja, houve operação de crédito, o recurso entrou, é para financiar ação e serviço de saúde? Os juros e as amortizações entram no cálculo dos valores mínimos.

O § 5º, porém, estabelece que os recursos oriundos dessas operações de crédito não entrarão no montante considerado para o cálculo do percentual mínimo. Então, se entra o recurso, eu não considero o montante de recursos para o percentual mínimo, mas se eu tenho de pagar juro e amortização, eu considero.

Eu vou votar a favor, mas eu acho que isso aqui precisaria ser mais esclarecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa., mas a fase de discussão encerrou, estamos em votação.

O PDT vota sim.

Em votação.

Aqueles que forem favoráveis...

**(Não identificado)** - O PP encaminha o voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Obrigado.





(Não identificado) - O PSB encaminha o voto favorável.

(Não identificado) - O PSDB é favorável.

(Não identificado) - O PPS encaminha o voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Em votação.

Aqueles que estiverem de acordo com o relatório do Deputado Rafael Guerra permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado. *( Muito bem! Palmas.)*

**A SRA. DEPUTADA RITA CAMATA** - Os destaques agora, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Tem os destaques para votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Calma, Deputados. Vamos votar. Eu espero que aproveitem um pouquinho da minha paciência também. *(Pausa.)*

Destaque para votação em separado do art. 4º do PLP nº 306.

Tem V.Exa. a palavra, Deputada Cida Diogo, pela bancada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Sr. Presidente, a minha proposta de destaque visa, mais uma vez, trabalhar na perspectiva de elaboração de um acordo que possa de fato viabilizar a execução dessa lei, sendo ela aprovada nesta Casa, e também a supressão do art. 2º, com a Comissão apresentando — e, aí, reporto-me diretamente ao Relator...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Tem V.Exa. a palavra, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu preferia esperar que fizessem um pouquinho de silêncio para me escutarem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Srs. Deputados, a oradora e o Presidente estão pedindo silêncio.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Estão me chamando a atenção para o fato de que o primeiro destaque que o senhor anunciou é relativo ao parágrafo único do art. 4º. Não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Parágrafo único do art. 4º.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Exato. Isso vem de encontro àquelas preocupações que eu havia levantado nas falas anteriores. Esse parágrafo único



estabelece um alongamento muito grande em relação ao percentual dos municípios, preocupação hoje levantada em relação ao fato de que vários municípios já estão cumprindo seus 15%. Com essa lei aprovada, esses municípios vão ficar desobrigados de cumprir.

A minha proposta é no sentido de que pudéssemos suprimir esse parágrafo único, e a Comissão tentasse trabalhar, para a discussão em plenário...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputado, deixe a oradora terminar.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - ... Nós pudéssemos trabalhar como se fosse uma ação da Comissão, no sentido de tentar elaborar uma outra forma de redação para esse parágrafo, porque como está os municípios ficam desobrigados de cumprir seus 15%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Alguém mais quer discutir?  
*(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que são favoráveis ao destaque da bancada do PT, aqui defendido pela Deputada Cida Diogo, permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Segundo requerimento:

*“Senhor Presidente,*

*Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, peço destaque para votação em separado do parágrafo único do art. 3º do projeto em discussão”.*

Deputada Cida Diogo, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - A mesma preocupação, Sr. Presidente. Esse parágrafo único também estabelece um alongamento exagerado para os Estados — e o Estado, na minha avaliação, dos entes federados, é hoje o que menos tem cumprido a Emenda nº 29. Sinceramente, na forma como está estabelecido, o projeto é extremamente generoso com os Estados, exatamente o ente, que vem sistematicamente descumprindo a sua obrigação em relação ao percentual estabelecido pela Emenda nº 29.



A minha proposta é no mesmo sentido: supressão desse artigo, para que a Comissão possa trabalhar uma alternativa que não seja tão generosa com os Estados em relação ao cumprimento da parcela que lhe cabe nesse latifúndio, que é a saúde do nosso País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não havendo inscritos para discutir, em votação.

Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento da Deputada Cida Diogo, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Rejeitado.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Eu quero declarar o voto, posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Não.

**O SR. DEPUTADO DR. PINOTTI** - Porque a Deputada Cida Diogo tem razão em um aspecto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - A Deputada tem razão em muitas coisas, mas, lamentavelmente, não é o momento para discutir. A matéria ainda vai para a Comissão de Finanças e, depois, para o plenário, e poderá ser perfeitamente discutida ali.

Requerimento de destaque para votação em separação do art. 2º do projeto em pauta.

Com a palavra a Deputada Cida Diogo.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Na verdade, Sr. Presidente, essa discussão aqui é relativa, principalmente, às fontes. E volto a levantar essa preocupação.

Na minha concepção, nesse art. 2º, além do *caput* do artigo, o § 1º tinha de vir amarrando, definindo claramente de onde vai sair esse dinheiro. Não é dessa forma genérica como está aqui. Na minha avaliação, da forma como está, não se tem como obrigar, estabelecer e, inclusive, cobrar, se não houver uma fonte mais definida.

O Governo está se dispondo a incluir fonte específica para garantia desse recurso. Da forma como está aqui, não vai precisar. Então, aprova-se e, muito bem, está aprovado. Agora, se conseguíssemos, de fato, nesse período, até a semana que vem, na votação em plenário, estabelecer essa negociação e amarrar para isso



entrar na lei... Na minha avaliação, quem de fato está preocupado com recurso, quem de fato quer garantir recurso para a saúde no nosso País, tinha de viabilizar essa negociação, estabelecer esse processo e colocar na lei. Não é possível a lei ser aprovada da forma genérica como está — e sempre tudo que é genérico não é executado.

Então, defendo a idéia de incluirmos uma proposta da Comissão, a qual poderíamos discutir e estabelecer. A Comissão, não a Deputada, um Deputado ou um grupo de Deputados tentando negociar. É a Comissão de Seguridade Social tirando uma posição, apresentando uma proposta e dizendo o que queremos — o Imposto sobre Grandes Fortunas, como bem ressaltou o Deputado Paulo Rubem, a retirada do IOF, a contribuição ou não a que vários aqui se opuseram etc. Enfim, é a Comissão se posicionando, e um dinheiro claro, definido, amarrado para a garantia de a Emenda nº 29 ser de fato implementada no País.

É nesse sentido que apresento o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Em votação o Destaque nº 3, apresentado pela Deputada Cida Diogo, que retira o art. 2º do PLP nº 306.

Aqueles que estiverem de acordo com o destaque permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Deputada Cida Diogo, o relatório foi aprovado pela Comissão. Sem dúvida, essa é a posição da Comissão, não é a posição do Presidente nem de um membro da Comissão. É a posição da Comissão. Agora, estamos aprovando o mérito. Esse projeto ainda vai passar pela Comissão de Finanças e vai ao plenário. Muita coisa, portanto, poderá ser discutida. E acredito que todos estamos dispostos a discutir.

O relatório do Deputado Rafael Guerra está aprovado, e vamos encaminhar o projeto para a Comissão seguinte. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Cumprindo a ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Sr. Presidente, durante todo o processo, eu me mantive recolhido para dar celeridade à votação, mas, agora, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Deputada Cida Diogo pela combatividade e por



sua atuação aqui. É uma pena que S.Exa. não esteja do nosso lado — e eu gostaria que estivesse. E aproveito para lembrar à nobre Deputada a necessidade de cobrar dos seus companheiros do Senado e dos seus companheiros de partido que não a deixem sozinha na defesa da bandeira para a qual foi escalada, como fizeram hoje. Portanto, cumprimento a Deputada Cida Diogo.

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu quero só perguntar: lado de quem, cara pálida? Lado de quem?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Depois vou dar a palavra a V.Exa., Deputada...

**A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO** - Eu tenho um lado, que é o da saúde pública.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Repito: é uma pena que V.Exa. não esteja do nosso lado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Deputada Cida Diogo, eu vou lhe dar a palavra depois, porque V.Exa. foi citada, mas antes eu quero ouvir o Deputado Rafael Guerra, que está falando.

**O SR. DEPUTADO RAFAEL GUERRA** - Eu estou cumprimentando a Deputada pela combatividade. Apenas isso. Lamentavelmente, S.Exa. também não entende esse cumprimento. E quer combater até quando é elogiada, mas está tudo bem.

Não estamos açodados, ressalto. Esta Comissão luta por este projeto há 5 anos. Os Líderes da Casa aprovaram o regime de urgência. Estamos seguindo o Plenário da Casa. Estamos tentando responder a tempo e a hora a uma decisão majoritária do Plenário da Câmara dos Deputados. Não há nenhum açodamento. O texto que está aqui foi proposto pela Conferência Nacional de Saúde há 2 anos, pelo Conselho Nacional de Saúde, pelo CONASS — que está aqui presente por intermédio do Deputado Osmar Terra, Presidente do CONASS e ex-Secretário de Saúde do Rio Grande do Sul —, pelo CONASEMS e por todas as entidades. Não há nenhum açodamento, repito.

A Deputada Rita Camata já deu 90% das respostas que eu daria. Não vou repetir. Quero, então, apenas lembrar 2 fatos. Primeiro, o benefício só será concedido àqueles Estados e municípios que não deram conta de cumprir. Os que



estão cumprindo não podem retroceder. Estamos criando uma forma de, a cada ano, aportar mais recursos para a Saúde, pela União, pelos Estados e pelos municípios.

Sobre a história que está sendo contada na mídia, de que temos de arrumar uma CPMF, porque o Governo não vai pedir outra CPMF, quero dizer que isso é uma enganação para o povo, porque não podemos criar impostos. Nós, Deputados, não podemos criar imposto ou contribuição. Cabe ao Governo defender na mídia o novo imposto, arrumar justificativa para isso, faço questão de esclarecer.

Agradeço a todos os pares, especialmente a V.Exa., Sr. Presidente, que deu à Comissão de Seguridade Social e Família a oportunidade de manifestar sua opinião para a Câmara, para o Congresso, para o Governo e, muito mais do que isso, para o País.

Então, agradeço a todos os Parlamentares que aqui ficaram, apesar de o Plenário já ter encerrado a votação há bastante tempo, garantindo o *quorum* para dizermos à Nação brasileira qual é a nossa vontade. Estou há 10 anos nesta Casa, e sempre lutando pelo financiamento da Saúde, de forma que, sem dúvida nenhuma, para mim hoje é um dia de grande conquista.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite dar uma boa notícia?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - V.Exa. está inscrito para falar, e vamos aguardar com ansiedade essa boa notícia, mas, antes, a palavra será concedida ao Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Parabéns a todos: ganhou a Saúde! A Comissão de Seguridade deu uma resposta para o Brasil. E, com certeza, ela vai repercutir em todo o País e vai dar ânimo e entusiasmo à Frente Parlamentar e às 30 ou 40 entidades que estão trabalhando juntamente conosco, sob o comando do companheiro Rafael Guerra.

Parabéns, companheiro Rafael Guerra, pela firme posição de manter o relatório do Senador Tião Viana! Esse é um fermento extraordinário.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, caros colegas, com essa votação, a Seguridade passou para o Brasil, ao estabelecer “10% da receita corrente bruta”,



que a saúde passa a ser uma política de Estado, e não de Governo, que pode mudar, tirar dinheiro, vedar, contingenciar. É uma política de Estado. Todos nos energizamos para quarta-feira. E, evidentemente, também vamos trabalhar. Se der para todo mundo ir junto, iremos juntos. Vamos negociar se o Governo quiser aumentar ou quiser reduzir até alguma coisa, mas que seja receita corrente bruta.

Parabéns, Deputado Rafael Guerra e parabéns a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, acabo de receber uma ligação do economista Marcio Pochmann, Presidente do IPEA, que confirma a presença, nesta Casa, na próxima terça-feira, às 14h30, em encontro para o qual serão convidados Deputados e Deputadas das bancadas das frentes parlamentares dos setores sociais, oportunidade em que vamos discutir a questão fiscal e tributária relacionada à ordem social, a distribuição da renda, o financiamento de políticas públicas, enfim, aquilo que o economista Marcio Pochmann já tem tratado com um mote muito simples: a Constituição está de cabeça para baixo em razão da ordem econômico-financeira, que tem prioridade sobre as demais ordens econômicas e sociais do País.

Vamos, a partir de agora, a partir das 14h, confirmar o plenário. Queremos convidar todos os Deputados e Deputadas, porque esse debate que faremos com o economista Marcio Pochmann vai nos enriquecer, vai nos trazer mais substância em termos de argumentação para o debate da reforma tributária, para o debate da LDO e para a discussão da Emenda nº 29, quando finalmente a proposta for a voto.

Então, renovo o convite e destaque especialmente, parabenizando o Deputado Rafael Guerra, a vitória que acabamos de ter. Essa vitória é semelhante à que obtivemos a Educação, em 1996. E, quando se iniciou a vigência do Fundo para Educação Fundamental, a Emenda nº 14, e depois a Lei nº 9.424, por 10 anos, tivemos que enfrentar nos Estados e municípios uma enormidade de gastos que eram computados como manutenção e desenvolvimento do ensino e que não eram de manutenção e desenvolvimento do ensino. Então, isso começou a vir de baixo para cima, os Tribunais de Contas começaram a questionar as contas municipais da



educação, até que especificamos — e hoje é ponto pacífico — o que efetivamente é gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino.

Isso que foi aprovado agora, com essa especificação, de uma vez só, vai encerrar a polêmica do que pode ou não ser considerado gasto com saúde, em razão de todas as distorções que vimos acompanhando nos gastos dos Estados e Municípios.

Obrigado e, mais uma vez, parabéns ao Deputado Rafael Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, resumidamente, quero aplaudir e cumprimentar V.Exa. pela iniciativa de produzir essa votação na manhã de hoje. Cumprimento também o nobre Relator, Parlamentar preparado e conhecido na Casa, sem dúvida uma voz sempre ouvida no Plenário e que preside a Frente Parlamentar da Saúde, o Deputado Rafael Guerra.

Mas o importante é que acredito vá realmente fazer a diferença no Plenário, Sr. Presidente, é V.Exa. ter levado esta Comissão a deliberar sobre esse projeto, sem recorrer à prerrogativa de, como a proposição está em regime de urgência, fazer com que o parecer fosse apresentado diretamente no plenário.

Tivemos a oportunidade de debater, de apreciar o voto apresentado pelo Relator, Deputado Rafael Guerra, e aprová-lo. Com isso, a Comissão sai cada vez mais fortalecida, consciente dos temas que têm sido pautados por V.Exa., os mais polêmicos. Isso realmente tem de ser reconhecido. Esta Comissão está demonstrando que tem capacidade, tem Parlamentares bons e de argumentos, ou seja, está se mostrando capaz de fazer avançarmos na área da Saúde.

Este, sem dúvida alguma, é o projeto mais importante deste nosso ano legislativo. Não há outro semelhante a esse. É a primeira vez que a Saúde vai ter exatamente uma definição do que é gasto com saúde, como muito bem afirmou o Deputado Santiago, e também o que terá no Orçamento para Saúde.

Ora, no momento em que aprovamos 15% para os municípios e 12% para os Estados, também não perguntamos qual seria a fonte em cada um desses entes. Aqui está bem claro: *“10% da receita corrente bruta”*. Se o Governo quiser, ele que apresente outras propostas. Como muito bem dito pelo Deputado Rafael Guerra:





não cabe a esta Casa criar imposto. Isso é de iniciativa do Executivo. E nós, do Democratas, lutaremos duramente para derrubá-lo.

A tese de criar uma nova contribuição ou ressuscitar a CPMF é exatamente a tese do bode, estão querendo tergiversar, desviar o assunto, tirar a atenção daquilo que é o objetivo principal da discussão: a regulamentação da Emenda nº 29. Não vamos cair nessa armadilha do PT e do Governo. Vamos aprovar a Lei Complementar nº 306, que regulamenta a Emenda nº 29, no Plenário da Câmara dos Deputados, na próxima quarta-feira. E solicitamos a presença de todas as Lideranças e Parlamentares, para que possamos mostrar que não é só o Senado que aprova por unanimidade. Mesmo não havendo o voto do PT — e a nobre Deputada disse que quem está favorável a esse projeto está se preocupando muito mais com o populismo ou com a imagem na televisão, e, no entanto, na hora da votação, também votou a favor do projeto... Veja a incoerência que houve, Sr. Presidente, entre o momento do discurso e a hora da votação.

Cumprimento V.Exa. pela maneira como tem presidido a Comissão e, ao mesmo tempo, saúdo o Deputado Rafael Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa. as palavras generosas.

Com a palavra o Deputado Dr. Talmir.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. pela propriedade com que conduziu esta reunião. Parabenizo também o Deputado Rafael Guerra, o Relator da matéria que acabamos de aprovar. Considero-me realmente realizado com isso, já no meu primeiro mandato, principalmente nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

Com a aprovação desse projeto, a saúde passa a ser não mais simplesmente um favor, mas um direito assegurado ao povo. Queremos que, na continuidade da tramitação da matéria, possamos aprová-la no plenário com todo o apoio da população brasileira. Que as bases acompanhem os seus Deputados, para fazer com que ocorra de fato a aprovação da Emenda nº 29, a fim de que possamos dizer que realmente essa dívida social agora será resolvida.

Então, Deputado Jofran Frejat, nosso Presidente, médico; Deputado Rafael Guerra, médico, e outros médicos aqui presentes — eu sou médico, o Deputado



Néchar é médico —, nós, do Partido Verde, consideramos que essa é uma vitória expressiva para a população carente e, desde a 8ª Conferência da Saúde, ela já deveria estar ocorrendo de fato.

Obrigado, Presidente, pela condução dos trabalhos, e parabéns ao Deputado Rafael Guerra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jofran Frejat) - Agradeço a V.Exa. as palavras.

Quero dizer que esta Comissão, sob a minha presidência, pode acertar ou errar, mas não vai se omitir. É fundamental que os projetos que estão enclalhados há não sei quantos anos venham para discussão e sejam votados. Essa é a minha função, tanto que tenho procurado me abster de votar em várias oportunidades, mas a Presidência não vai se omitir e deixar de colocar em discussão nenhum projeto, seja ele mais ou menos polêmico.

Parabenizo o Deputado Rafael Guerra e todos os membros da Comissão. Foi mais uma reunião tumultuada, mas que chegou a bom termo.

Parabéns a todos! (*Palmas.*)

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para a próxima quarta-feira, dia 28 de maio, às 9h30, minutos antes, neste plenário, para discutirmos os itens da pauta.

Está encerrada a reunião.